

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

Lucinéa Almeida Amorim

Da Rua ao Palco: a (in) visibilidade da população em situação de vida nas ruas

Belo Horizonte

2009

Lucinéa Almeida Amorim

Da Rua ao Palco: a (in) visibilidade da população em situação de vida nas ruas

Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Psicologia do Trabalho.

Orientadora: Profa. Maria Luísa Nogueira

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
2009

FICHA CATALOGRÁFICA

Amorim, Lucinéa Almeida

Da rua ao palco: a (in) visibilidade da população em situação de vida nas Ruas.

Lucinéa Almeida Amorim. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

5 ...f.

Orientadora: Maria Luísa Nogueira

Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. População de rua
2. Questão social
3. Trabalho
4. Teatro

Lucinéa Almeida Amorim

Da rua ao palco: a (in) visibilidade da população em situação de rua

Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Psicologia do Trabalho.

Maria Luísa Nogueira (Orientadora) – UFMG

Júlia Dorigo – PUC Minas

Ana Amélia Cypreste Faria – Faculdade Pitágoras

Agradecimentos

Aos meus pais, pelos ensinamentos sábios.

À professora Maria Luísa Magalhães Nogueira, pela sensibilidade de compreender os momentos de desespero, suavizando com palavras de coragem.

À minha querida Sally, que encontramos em fazeres de solidariedade, cumplicidade, reconhecimento e ambas vamos fortalecendo, até alcançar nossos desejos.

Ao Sr. Carlos, pelo tempo disponibilizado e confiança, porque sem ele este trabalho não teria realizado.

Aos amigos, pela compreensão e por disponibilizarem tempo para ouvir minhas angústias.

É claro, aos meus colegas de trabalho – Bolsa Moradia – momentos prazerosos e de muitas gargalhadas na grande mesa, que aliviavam, sem perceberem, a minha aflição. Não é mesmo, Débora Jardim?

À minha linda sobrinha, sempre respeitando o meu tempo de estudo.

À Claudinha e à Jucilene, pessoas que no meu soluçar me abraçaram e deram palavras de conforto. Sempre estou a apreender com vocês.

À Amanda, palavras doces que se tornavam em energia para continuar o trabalho com predestinação.

A todos que acompanharam este processo de angústia que se tornou aprendizado, pois escrever é se permitir vivenciar e experimentar uma dimensão de afetos.

*Renda-se, como eu me rendi. Mergulhe no que você
não conhece como eu mergulhei. Não se preocupe
em entender, viver ultrapassa qualquer
entendimento.*

Clarice Lispector

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Aspectos Metodológicos.....	18
Apresentação do Caso.....	21
CAPÍTULO I	
1 Exclusão Social e a Questão Social: efeitos das transformações do mundo do Trabalho.....	
23	
1.1 Exclusão Social: banalização e a legitimidade do termo.....	23
1.2 Uma Questão Social: transformações no mundo do trabalho.....	27
1.3 A (in) visibilidade da população em situação de vida nas ruas.....	33
CAPÍTULO II	
2 O trabalho enquanto especificidade humana.....	
37	
2.1 Discussão sobre a centralidade do trabalho: embate social.....	37
2.2 O trabalho como recurso terapêutico: valoração social.....	42
2.3 O trabalho teatral: visibilidade?.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	55
ANEXOS.....	58

JOSÉ

*E agora, José?
A festa acabou,
a luz apagou,
o povo sumiu,
a noite esfriou,
e agora, José?
e agora, José?
você que é sem nome,
que zomba dos outros,
você que faz versos,
que ama, protesta,
e agora, José?*

*Está sem mulher,
está sem discurso
está sem carinho,
já não pode beber,
já não pode fumar,
cuspir já não pode,
a noite esfriou,
o dia não veio,
o bonde não veio,
o riso não veio,
não veio a utopia,
e tudo acabou,
e tudo fugiu,
e tudo mofou,
e agora, José?*

*E agora, José?
sua doce palavra,
seu instante de febre,
sua gula e jejum
sua biblioteca,
sua lavra de ouro,
seu terno de vidro,
sua incoerência,
seu ódio - e agora?*

*Com a chave na mão
quer abrir a porta,
não existe porta;
quer morrer no mar,
mas o mar secou;
quer ir pra Minas,
Minas não há mais.
José, e agora?*

*Se você gritasse,
se você gemesse,
se você tocasse,
a valsa vienense,
se você dormisse,
se você cansasse,
se você morresse...
Mas você não morre,
você é duro, José!*

*Sozinho no escuro
qual bicho-do-mato
sem teogonia,
sem parede nua
para se encostar,
sem cavalo preto
que fuja a galope,
você marcha, José!
José, pra onde?*

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

A população em situação de vida nas ruas é um público que desperta interesse para diversas discussões devido a sua complexidade. Um dos problemas centrais que emerge nesse cenário é certamente a questão do trabalho. Buscamos, no presente estudo, refletir sobre a relação que a população em situação de rua estabelece com o mundo do trabalho, a partir de um estudo de caso específico. Entendemos que as transformações no mundo do trabalho têm deixado marcas devastadoras na sociedade, sobretudo em função da globalização, que se desdobra na flexibilização e ainda, por consequência a precarização do trabalho. Para compreensão desse quadro, partimos da concepção da centralidade do trabalho na interatividade social dos indivíduos, apoiados principalmente na concepção de George Lukács, que com muita precisão desenvolveu que o trabalho apresenta um caráter ontológico na esfera social. A partir dessa concepção, o presente estudo tem como objetivo compreender a relação do trabalho teatral na vida do ex-morador de rua da cidade de Belo Horizonte, enquanto integração social e desenvolvimento de autonomia. Realizou-se um estudo de caso, utilizando a entrevista, em profundidade, de um usuário da Assistência Social de Belo Horizonte, inserido no Serviço de Acompanhamento Sociofamiliar. Ao confrontar as teorias utilizadas com os dados coletados, foi possível observar que o trabalho apresenta eixo central na vivência do Sr. Carlos bem como o trabalho teatral emerge como forma catalisadora no processo de mudança, principalmente sua integração social. Esse trabalho apresenta sentido para Sr. Carlos, uma vez que o teatro desperta sentimentos prazerosos, que potencializa na (re) construção da cidadania.

Palavras-chave: população de rua, questão social, trabalho, teatro.

ABSTRACT

The population in situation of life in the streets is a public who awakes interest for diverse quarrels due its complexity. One of the problems central offices that emerge in this scene is certainly the question of the work. We search, in the present study, to reflect on the relation that the population in street situation establishes with the world of the work, from a study of specific case. We understand that the transformations in the world of the work have left intense marks in the society, over all in function of the globalization that if it still unfolds in the flexible and, for reply the precarious of the work. For understanding of this picture, we break of the conception of the domination of the work in the social interactive of the individuals, supported mainly in the conception George Lukács where he developed with much precision that the work presents a ontológico character in the social sphere. From this conception, this work has as objective to understand the relation of the theater work in the life of the former-inhabitant of street of the city of Belo Horizonte, while social integration and development of autonomy. A case study was become fulfilled, using the interview in depth, of an user of the Social Assistance of Belo Horizonte, inserted in the service of sociofamiliar accompaniment. When collating the theories used with the collected data, were possible to observe that the work presents central axle in the experience of Mr. Carlos as well as the theater work emerges as catalytic form in the change process, mainly its social integration. This work presents sensible for Mr. Carlos a time that the awaken theater pleasant feelings, that it intensifies in (reverse speed) the construction of the citizenship.

Keywords: population of street, social matter, work, theater.

INTRODUÇÃO

A população que vimos e às vezes ignoramos nas ruas das cidades, a quem costumamos identificar como “moradores de rua”, está envolvida em questões de ampla complexidade. Neste título “em situação de (rua)”, encontramos um primeiro indício da intricada problemática que encerra seu cotidiano: são definidos, antes de mais nada, por sua aparente situação contingencial. Em termos sociais e políticos, trata-se de um público que vem tomando atenção de pesquisadores, compositores, escritores literários, além de serem constante alvo dos meios de comunicação.¹ E cada qual se debruça sobre o tema das mais diversificadas formas: para depreciar, exaltar a questão social, elucidar a exclusão social, estigmatizar, poetizar, desenvolver ações públicas, dentre outros. Todo esse contexto exprime a relevância de estudos que possam contribuir para a elaboração de ações mais consistentes e críticas, a partir da compreensão da complexidade desse segmento. Apesar de estarmos cientes das dificuldades envolvidas no contexto do sujeito em situação de rua, e, ainda, considerando as limitações de prazo e aprofundamento de nosso estudo, consideramos que o esforço do desenvolvimento de reflexões que partem da realidade da vida desse sujeito é válido e importante. Desse modo, neste estudo, buscamos contribuir para fortalecer as bases teóricas e reflexivas de nossa própria prática, no contexto das políticas sociais, de forma a desenvolver-se de maneira mais crítica e fundamentada, bem como esperamos, na contribuição para estudos futuros.

Basicamente todo o meu percurso profissional esteve inserido nas políticas públicas de Assistência Social, amparado pelos modelos teórico-metodológicos da Psicologia Social. Dentro dessa vertente, busquei compreender aspectos biopsicossociais do idoso, dentre outros assuntos. Mas em momento algum a questão do trabalho foi pensada, apenas no que tange a questão da aposentadoria, porém superficialmente. Em estudos recentes, estimulados pela minha inserção no quadro da Assistência Social, a concepção da abordagem da Psicologia do Trabalho emergiu ampliando minha percepção no que se refere às relações sociais e, em especial, no tocante ao desenvolvimento do binômio saúde/doença.

A necessidade de aprofundar o conhecimento acerca da Psicologia do Trabalho apresentou-se evidente no cotidiano de trabalho com o público atendido na Assistência Social de Belo Horizonte, precisamente no acompanhamento de pessoas com trajetória de vida nas

¹ Como por exemplo, o documentário *À margem da Imagem*, produzido pelo cineasta Evaldo Mocarzel em 2003. Nesse documentário foram apresentadas questões relevantes sobre a população de rua do município de São Paulo. Teve como objetivo central fomentar discussões entre pesquisadores bem como provocar a elaboração de políticas públicas para a população de rua.

ruas. Portanto, o contato com os teóricos e com as propostas metodológicas, por meio da especialização em Psicologia do Trabalho, vem sendo essencial para a compreensão do efeito das transformações do trabalho sobre esse público. Nesse sentido, observamos em nosso cotidiano de trabalho as marcas profundas deixadas pelas novas configurações no mundo do trabalho nesse público. Muitos deles não conseguiram acompanhar as novas exigências do mercado, que se tornou mais seletivo e excludente (SILVA, 2003). Nesse âmbito, realizar atividades que dependem de operações monótonas, repetitivas, e pouco valorizadas não parece ser viável às características dessa população, que fez ou faz da rua espaço preferencial de vida.

Observamos que o trabalho formal, repetitivo, dominado não parece apresentar força suficiente como possibilidade de construção de uma vida melhor, de ampliar a potencialidade e autonomia destes sujeitos, tal como discursos os mais diversos propagam. É no cotidiano da rua que essas pessoas vêm buscando formas de trabalho alternativo e de organização na informalidade, muitas vezes como meio de garantir a sobrevivência e de resistir ao modelo socioeconômico excludente. Portanto, considerando-se o contexto da população com trajetória de vida nas ruas, buscamos neste estudo interrogar o trabalho em sua potência de produção de autonomia e reconhecimento.

Nossa questão foi construída a partir de minha experiência cotidiana de trabalho, mas, em especial, no contato com um caso específico que indicou as questões sobre as quais buscaremos refletir neste estudo. Trata-se de um usuário da Assistência Social do município de Belo Horizonte, em cuja história a relevância do trabalho emergiu de forma contundente. O senhor Carlos (nome fictício) nos fala sobre o trabalho teatral, transmitindo uma energia vibrante e que parece fazer dele um sujeito desejador, integrado na sociedade, em termos de pertencimento e reconhecimento. O contato com o discurso sobre o cotidiano de trabalho do senhor Carlos corroborou para que pudéssemos revisitar possibilidades em sujeitos que eram tidos como marginais, loucos, e principalmente num mundo onde o diferente é olhado com frieza e desconfiança, a emergirem em uma situação de transformação.

Esse contexto real conecta-se às discussões mais profundas sobre a centralidade do trabalho, em sua importância para o homem, como categoria central no processo de autoconstrução. O caso em questão nos permite refletir sobre a possibilidade dada pelo trabalho de favorecer com que o sujeito possa imprimir à vida seu cunho singular e também manifestar sentido naquilo que produz. Portanto, o presente estudo busca compreender esse sujeito dentro da concepção da Psicologia do Trabalho, no esforço de refletirmos sobre processos psicológicos humanos a partir do interfluxo da subjetividade/objetividade.

Assim, buscamos pensar o morador de rua a partir do universo do trabalho. Mas, quem é esse sujeito? De saída, para desenharmos um estudo sobre a população em situação de rua, deveremos partir de uma constatação superficial: trata-se de sujeitos que tiveram várias perdas, tais como a família, o acesso à moradia, em muitos casos até mesmo a vivência mínima da saúde, e, em geral, o próprio trabalho.

Vale marcarmos a dificuldade de compreensão e delimitação dessa população; dificuldade essa sentida tanto no âmbito da universidade, no desenvolvimento dos estudos e pesquisas que a tomam como foco privilegiado, quanto no contexto das políticas públicas. Para melhor definir quem é esse público podemos recorrer à Política Nacional Para Inclusão Social da População em Situação de Rua (2008) que estabelece limites imprecisos à definição. Tal política justifica a dificuldade em virtude da heterogeneidade dessa população e das condições em que se encontram elementos que tornam difíceis sua caracterização unívoca e imediata. Contudo, propõe a seguinte definição:

A população em situação de rua pode ser definida como um grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza, vínculos familiares quebrados ou interrompidos, vivência de **um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho**. Sem moradia convencional regular adota a rua como o espaço de moradia e sustento. Naturalmente, existem muitas outras especificidades que perpassam as pessoas em situação de rua e devem ser consideradas, como gênero, raça/cor, idade e deficiências físicas e mentais. (POLÍTICA NACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, 2008: 8. Grifo nosso)

Assim, o fenômeno social intitulado **população em situação de rua** constitui uma abreviação de múltiplas determinações, cujas especificidades, com alterações históricas, o tornam um elemento de excessiva relevância na constituição da pobreza nas sociedades capitalistas. Vale ressaltar que mesmo a definição imprecisa da Política Nacional Para Inclusão Social da População em Situação de Rua (2008) coloca o trabalho como importante, em especial por sua ausência. Por conseguinte trata-se de um público que perpassa gerações à margem de políticas públicas e que se mantém no anonimato devido ao processo histórico da “exclusão” social, que discutiremos em momento oportuno.

Em todo o processo histórico da sociedade capitalista, a existência e a permanência da desigualdade social se manifestam denotando ao termo “exclusão” referências constantes. Contudo, justamente em razão de seu desgaste e da complexidade de nossa sociedade, dos mecanismos desenvolvidos no seio do jogo capitalista, cada vez mais complexos e diversificados, o termo apresenta limitações para a compreensão dessa problemática em virtude de sua banalização.

Alguns autores – Castel (1995) e Carreteiro (2008) – consideram que este segmento de população se mantém na **franja social** em virtude da perda do trabalho e pelo isolamento social, mas não excluídos. Então, na tentativa de minimizar esse impacto, as políticas públicas visam subsidiar a população em situação de rua a partir da premissa de proteção e promoção social. O Estado torna-se assim um aparato de criação e regulação de mecanismos que almejam à integração social (CARRETEIRO, 2008).

Assim, a Assistência Social de Belo Horizonte tem o objetivo de amparar os sujeitos em situação de rua que possuem violação de direitos.² A Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social de 1998, a Política Nacional de Assistência Social de 2004 e a Política Nacional Para Inclusão Social da População em Situação de Rua de 2008 entre outras legislações, buscam auxiliar esses sujeitos na tentativa de garantirem os direitos coletivos e individuais. Nesse sentido, foi desenvolvido o serviço de Abordagem a População Adulta em Situação de Rua, que através, principalmente da escuta, identifica as demandas dos usuários, para que sejam providenciados os encaminhamentos necessários. Um dos encaminhamentos possíveis é para o Serviço de Atendimento Sócio-Familiar/Bolsa Moradia – SASF/ Bolsa Moradia. Esse serviço acolhe pessoas com trajetória de vida nas ruas que foram acompanhadas por equipamentos da Gerência de Coordenação de Ação para a População de Rua – GECAPO³, por no mínimo seis meses de atendimento, e que residirem por no mínimo dois anos no município de Belo Horizonte.

O serviço SASF/Bolsa Moradia foi criado baseado no Decreto 11.375 de 02 de Julho de 2003. O objetivo precípua desse programa é proporcionar um **grau de organização**⁴ à população em situação de rua adequando ao novo contexto – o da moradia de forma autônoma. O SASF/Bolsa Moradia tem sua metodologia baseada no acolhimento ao usuário em situação de vulnerabilidade social. São pessoas que apresentam vínculos familiares fragilizados e/ou rompidos, usuários de substância química e de bebida alcoólica, portadoras de sofrimento mental e outras que são casos atípicos. As pessoas inseridas nesse programa recebem benefício mensal para alugar uma moradia.

² Compreende-se por violação de direitos: atentado aos direitos do cidadão, por ação ou omissão, que infrinja norma ou disposição legal ou contratual, podendo se dar através de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão (DICIONÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BELO HORIZONTE, 2007).

³ Houve alteração na organização da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. Portanto, o programa Bolsa Moradia situa-se atualmente na Gerência de Proteção Especial/Média Complexidade.

⁴ Grau de organização ou Organização Satisfatória é o processo em que a família consegue a reinserção na rede de atendimento socioassistencial, a superação da violação de direitos e os cumprimentos legais do funcionamento do programa (DECRETO 11.375 de 2 de Julho de 2003, art. 6º).

Com a efetivação dessas pessoas, são estabelecidos alguns critérios que são avaliados constantemente durante o acompanhamento de cada caso, a saber: acesso consciente e autônomo à rede socioassistencial, autossustento (trabalho e renda), convivência com a comunidade, superação de violações de direito vinculadas ao conjunto familiar, tratamento contínuo da saúde mental, alcoolismo e drogadição. Além desses critérios, esses sujeitos devem apresentar original do recibo de pagamento do aluguel com periodicidade, bem como comprovar a relação licatícia à Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte - URBEL.

De acordo com os critérios estabelecidos por este programa, a questão da autonomia⁵ é um fator preponderante para que o sujeito passe a ser integrado socialmente. Porém, observa-se que muitos usuários ainda precisam de acompanhamentos mais sistemáticos, pois ainda demonstram necessidade de fortalecimento da auto-organização e “conquista” da autonomia. A precariedade da autonomia ou falta desta, pode ser decorrente, principalmente, da longa trajetória de rua, o que causa degradação física e psíquica do sujeito. Então desenvolver essa capacidade de autonomia no sujeito é uma tarefa que demanda intervenções constantes. Dessa maneira, garantir somente a moradia não é suficiente para que se possa dizer que o sujeito potencializará a autonomia, mesmo com suporte do técnico. Além do mais, ainda permanece o rompimento dos vínculos sociais, a miserabilidade, a dificuldade em acessar a rede de política pública, a vulnerabilidade em suas diversas evidências. Vulnerabilidade esta que parece mostrar-se especialmente contundente nos casos em que a inserção em atividades laborativas não se concretiza com sucesso.⁶

Percebe-se que o Programa SASF/ Bolsa Moradia ainda é uma ação que não consegue superar as vulnerabilidades destes sujeitos. Ainda que o 2º Censo da População de Rua de 2006 aponte a moradia como um dos maiores desejos dessa população, o mesmo levantamento indica a importância do trabalho/emprego, que ocupa o segundo lugar na aspiração desse público. Como pode ser comprovado na fala do entrevistado:

⁵ O conceito de autonomia referenciado na metodologia do serviço, pautado no Dicionário de Termos Técnicos da Assistência Social, é compreendido como capacidade e a possibilidade do cidadão em suprir suas necessidades vitais, especiais, culturais, políticas e sociais, sob as condições de respeito às ideias individuais e coletivas, supondo uma relação com o mercado - onde parte das necessidades deve ser adquirida - e com o Estado, responsável por assegurar outra parte das necessidades; a possibilidade de exercício de sua liberdade, tendo reconhecida a sua dignidade, e a possibilidade de representar pública e partidariamente os seus interesses sem ser obstaculizado por ações de violação dos direitos humanos e políticos ou pelo cerceamento à sua expressão (DICIONÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2007).

⁶ Justamente por ser um caso de “sucesso”, com as peculiaridades e contradições que veremos na apresentação e discussão da história, o Sr. Carlos não apenas favorece, mas agrega elementos complexos e consistentes à discussão que aqui desenvolvemos.

Assim tem muita gente empolgada por causa do Bolsa Moradia. Mas não pode se empolgar. Porque quando sair o pedrinho, se não arrumar um serviço como vai comer, beber; quando sair o pedrinho acaba a cesta básica, acaba a cesta básica. O dinheirinho do bolsa moradia, muita gente recebe do bolsa moradia, corta tudo e pronto. E aí como cê vai cumê? (Sr. Carlos)

Para a maioria da população em situação de “exclusão” a possibilidade de ingresso no mundo do trabalho pode estar diretamente associada à existência de políticas públicas de geração de trabalho e renda bem como à implantação de projetos sociais que possam criar novos postos de trabalho. Arelada ao Programa SASF/Bolsa Moradia é consolidada uma rede intersectorial de atendimento para encaminhamento à Gerencia de Inclusão Produtiva - GEINP.

A inclusão produtiva torna-se uma das ações da Política de Assistência Social. O esforço é o de proporcionar a equiparação de oportunidades de acesso ao mundo do trabalho e de ensejar formas de os usuários desenvolverem sua capacidade produtiva. Nesse sentido, produzirá sujeitos economicamente ativos, capazes de garantir sua sobrevivência, transitando da situação de beneficiário para a de trabalhador, com possibilidades de garantir seu autossustento e o de sua família. A abertura de oportunidades de inserção no mercado de trabalho para esse público muitas vezes direciona para o sentido de uma ocupação qualquer, ao invés de representar uma possibilidade real de inserção e melhoria de vida. Pois muitas vezes os trabalhos ofertados são aqueles que se tornam alienantes, sem sentido para o trabalhador, atividades simples e sem reconhecimento da sociedade. Portanto, é importante que valorizem a individualidade e a subjetividade dos trabalhadores, ou seja, que se retome o valor do trabalho em sobreposição ao do capital.

Nota-se que estas formas de integração social estão basicamente articuladas em dois eixos: o trabalho e proteção social. É factual que a população com trajetória de rua encontra-se integrada nessa rede, mesmo que atendidas minimamente. A respeito disso Carreteiro (2008) sublinha que:

[...] a sociedade [as pessoas que vivem em meios sociais desfavorecidos], inserindo ou na zona franjal, ou nas migalhas institucionais de seus projetos, contribui para a criação de um lugar social desvalorizado, portador de sofrimento mental. Muitas vezes estes sujeitos sentem-se pertencendo à categoria de “extranumerários” (CASTEL, 1995) ou “normais inúteis”. (CARRETEIRO, 2008: 92)

Nesse sentido a ação do Estado tem um cunho de sobrevida e não permite que aflore ou amadureça nos sujeitos possibilidades de integrar valores sociais considerados positivos. Essa autora deixa claro que o papel do Estado é dialético, pois traz à tona a afiliação social e também é gerador de sofrimento.

O olhar atento para este público permite visualizar a potencialidade nesses sujeitos para além das políticas públicas. Então, o estudo de caso torna-se relevante para a Psicologia, pois, auxiliará na desconstrução de estigmas. Desse modo poderá contribuir na produção de estratégias de promoção para que esses sujeitos que foram destituídos de muitos dos atributos de cidadania ao longo de gerações possam ser mais bem compreendidos. A desmistificação da questão “da exclusão à inclusão através do trabalho”, nas políticas públicas, perpassará um processo de consonância com o desejo do sujeito. Assim, desenvolveria uma oportunidade real de participação na sociedade enquanto sujeitos produtores de ideais e desejos, deslocando do lugar de inutilidade e de não reconhecimento de potencialidade.

A partir desta breve contextualização, a proposta é desenvolver um estudo de caso de um usuário da assistência social do município de Belo Horizonte que apresenta vínculos familiares rompidos, portador de sofrimento mental - diagnóstico de esquizofrenia, alcoolista e com trajetória de rua. A complexidade de fatores que atravessam a sua história de vida, a princípio, eram entraves que dificultavam o acompanhamento na direção da promoção social no que tange, principalmente, ao grau de organização e autonomia. Assim, a presença constante do técnico era inevitável, fazendo desse sujeito um ser “tutelado”. Dentro disso, o foco nesse caso específico se justifica por algumas de suas particularidades, mas em especial, pelo fato de que foi após a inserção no trabalho teatral, não ofertado por programas públicos, que o usuário demonstrou comportamentos mais autônomos. Mediante o exposto, problematiza-se: como o trabalho teatral está circunscrito na vida desse usuário em termos de autonomia?

O objetivo geral deste estudo é compreender a relação do trabalho teatral na vida do ex-morador de rua da cidade de Belo Horizonte, enquanto (re) integração social e desenvolvimento de autonomia, o qual se fez acompanhado dos seguintes objetivos específicos: identificar através do trabalho teatral a possibilidade de (re) construção da cidadania; e verificar a produção de autonomia a partir do trabalho teatral.

Aspectos Metodológicos

Segundo Godoy (1995), quando se lida com problemas pouco conhecidos, buscando uma compreensão do fenômeno como um todo, na sua complexidade, a pesquisa qualitativa parece ser a mais adequada. Esse tipo de pesquisa procura compreender os fenômenos conforme a perspectiva do participante da situação em estudo; o trabalho do

pesquisador é esclarecer, tornar visível o dinamismo interno das situações, frequentemente invisível para observadores externos. Para Minayo (1999) as pesquisas qualitativas são entendidas:

[...] como aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação como construções humanas significativas. (MINAYO, 1999: 16)

Desse modo, dentro da perspectiva qualitativa, desenvolvemos um estudo de caso, justamente pela necessidade de nos atermos à complexidade da história do sujeito. Conforme Gil, caracterizamos “o estudo de caso enquanto estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetivos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento” (GIL, 1998: 58).

O procedimento adotado para uma aproximação rigorosa da realidade em questão se deu através da entrevista em profundidade inspirada no Método de História de Vida. Sendo esta recomendada por Gil (1998), pois verifica que “à medida que é constituída pelo relato pessoal do informante acerca das situações vividas, possibilita a investigação do fenômeno da mudança, que dificilmente é obtido mediante outros procedimentos de pesquisa social” (GIL, 1998: 122). Minayo afirma as vantagens do uso do Método de História de Vida pela possibilidade que oferece de se considerar “as experiências subjetivas como dados importantes que falam além e através delas” (MINAYO, 1999: 126).

Dessa maneira, propomos ouvir o sujeito que conta sua vida livremente conduzindo ele próprio a entrevista com raríssimas intervenções do pesquisador. Assim, no caso do estudo realizado com ex-morador de rua, o problema – o trabalho teatral enquanto desencadeador de autonomia – poderá receber o aprofundamento necessário. Desse modo, a entrevista em profundidade foi realizada na moradia do Sr. Carlos, que contou com três encontros. Depois de transcrita, produzimos uma cópia para o Sr. Carlos.

Apresentados os fundamentos teóricos da técnica utilizada na investigação, cumpre lembrar a sua pertinência no caso de empreendimentos voltados para compreender fenômenos relacionados ao trabalho. No marco teórico adotado, entende-se trabalho como categoria central, organizador da vida social, multideterminado e determinante de várias dimensões humanas, entre elas na aquisição de autonomia.

Assim, este estudo estará dividido em dois Capítulos sendo que, no primeiro, abordaremos a utilização do termo exclusão social, uma vez que a sociedade em geral tem feito uso dessa terminologia de forma indiscriminada. Desse modo, a população em situação

de vida nas ruas, somente é mais uma categoria que passa a ser explicada pela exclusão social, devido, principalmente, à dificuldade em serem inseridos no mercado de trabalho. Qualquer disfunção social – econômica, social e política – sugere explicação pelo viés da exclusão social. Portanto, José Martins, Robert Castel, Mariangela Belfiore-Wanderley passam a questionar a utilização do termo, alertando para o cuidado ao atribuir os problemas sociais enquanto processo de exclusão social. Considerando que a terminologia pode distorcer e explicar de forma vaga a real problemática. Então no item 1.2 trataremos sobre a questão social, sendo esse ponto um recorte da realidade atual que assola grande parte da sociedade. A questão social é traduzida, principalmente, pelas transformações no mundo do trabalho. Assim, Robert Castel produz ideias acerca da questão social, amparado na sociedade salarial. Denunciando que em torno de novas configurações do trabalho emerge-se a flexibilização, e com isso instala-se a precarização do trabalho. Tornando assim, uma questão social, no qual força as pessoas a submeterem-se a atividades degradantes. Decerto, a pouca qualificação e altas exigências do mercado produtivo não são compatíveis com o que se espera de uma sociedade globalizada. Como veremos, o entrevistado aponta ser uma vítima dessa situação, levando-o a realizar atividades degradantes e com pouco recurso é atravessado por ações assistenciais, que tentam garantir a legitimação da cidadania. Para tal, no item 1.3 discorreremos sobre a **(in) visibilidade da população em situação de vida nas ruas**, no qual converge por um discurso de desqualificação social. Então, pautaremos na ideologia de Serge Paugam (2008), que utiliza do termo desqualificação social para compreender a relação da população nomeada como pobre em detrimento da dependência das intervenções assistenciais. Isso ocorre em função da expulsão das pessoas nos contornos do sistema produtivo, concomitante, despontando o enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais. Portanto, essa discussão favorecerá na compreensão da complexidade que se trata esse tema, através de uma concepção analítica que torna legítimas as reflexões, a partir da real problemática que afeta a população em situação de rua.

O segundo Capítulo tratará sobre a centralidade do trabalho enquanto especificidade humana. Assim, no item 2.1 - **Discussão sobre a centralidade do trabalho: embate social** – teremos como apoio principalmente as reflexões do filósofo húngaro George Lukács que foram abordadas por Lima (2002) e Ricardo Antunes (1999) . Esse por sua vez, ancorado na teoria de Marx, concebe também que o trabalho apresenta um caráter ontológico na esfera social. E isso se dá em decorrência da relação que o homem estabelece com a natureza, a partir da mediação do trabalho. Com isso, produz uma finalidade, ou seja, existe uma prévia ideia daquilo que se deseja realizar, uma operação da consciência. Desse modo,

o ser humano concebe distinção dos animais, conforme sinalizado por Lima (CHASIN *apud* LIMA, 2002), pois há uma reprodução biológica e reprodução social, mas essa última torna-se relevante na diferenciação dos animais. Sendo na reprodução social que o homem modifica e é modificado. Essa concepção torna-se uma das premissas para compreender a modificação que emerge na vivência do Sr. Carlos em relação com o trabalho teatral. Contudo, isso tem sido possível devido à elaboração de Marx e posteriormente acrescida por Chasin na produção da interconexão da objetividade e subjetividade. Já no item 2.2 discorreremos sobre **O trabalho como recurso terapêutico: valoração social**. Foi no contexto da Psiquiatria Social que o trabalho passou a ter revelado no contexto da saúde mental, tornando procedimentos clínicos, que se desdobrou, posteriormente, em face do binômio saúde/doença. Esses estudos desenvolveram-se na França, no final da década de 40, tendo como um dos precursores Paul Sivadon. Sua ação estava ancorada na concepção organogênese, enfocando essencialmente a doença, a partir das alterações orgânicas (LIMA, 2002). Assim, fundamenta a ideia de que o trabalho poderia ser empregado a qualquer pessoa desde que fosse compatível com a sua capacidade psíquica e física. Já na perspectiva sociogênese, Le Guillant (*apud* Brescia: 2003), ampliando os estudos de Paul Sivadon, acresce os elementos relativos do meio e aqueles decorrentes da singularidade do sujeito. Esses dois teóricos utilizaram o trabalho enquanto recurso terapêutico, com finalidades distintas, mas ambos acrescentaram novas configurações acerca da Saúde Mental. E por último, o item 2.3 – **O trabalho teatral: visibilidade?** – foi desenvolvido a partir de uma concepção de transformação social, ancorado nos feitos de Augusto Boal (2002). Esse autor tem vasto conhecimento em técnicas e oficinas de teatro, porém esse estudo não teve a pretensão em abordar esses aspectos. O que nos interessou foi a forma revolucionária que aborda o teatro, sobretudo em uma vertente terapêutica. Pois Boal (2002) considera que o teatro é espaço para o autor se auto-observar a partir de sua atividade, portanto, indica traços terapêuticos. Ainda esse autor, destaca que ao se criar um personagem pode-se adicionar novos elementos na constituição subjetiva que estão aprisionados no nosso ser. Sendo esse o ponto chave para esse estudo de caso, considerando um trabalho produtivo que possibilite transformação social.

APRESENTAÇÃO DO CASO

Sr. Carlos, 52 anos, natural de Ponte Nova, viveu nesta cidade até 1995. Nesse período constituiu família, mas se separou e teve um filho. Apresenta boa relação com os familiares, mantém contato com a mãe, e quando pode faz visita a ela. Tem irmãos e também

tem contato com eles. Sr. Carlos faz uso abusivo de álcool, presente desde sua infância. Mudou-se da cidade em busca de condições melhores de trabalho, uma vez que trabalhava no canavial e o que recebia era insuficiente para a alimentação. Então resolveu ir para Mariana, onde trabalhou de marleteiro e depois foi para Ouro Preto para desempenhar a mesma função. Nessa cidade surgiu a oportunidade de trabalhar em uma filmagem - Maria Bonita. Ainda em Ouro Preto, ocorreu um episódio de crise, em que foi diagnosticado transtorno mental - esquizofrenia. Depois de algum tempo veio trabalhar em Belo Horizonte, onde realizou várias atividades: marleteiro, montador de móveis, e catador de materiais recicláveis. Essa última atividade se deu por causa do desemprego e com isso não tinha recurso suficiente para continuar a pagar a moradia. Então, passou a morar nas ruas.

Sr. Carlos apresenta uma longa trajetória de vida nas ruas, já sete anos. Enquanto morava nas ruas foi assistido pela assistência social e também pela Igreja Batista. Em relação à assistência social, ele foi acompanhado pelo Centro de Referência para população de rua. Esse serviço, ao certificar da possibilidade de encaminhamento para o SASF/ Bolsa Moradia, solicitou que o Sr. Carlos fosse inserido no programa.

Já inserido nesse serviço, Sr. Carlos era um usuário da assistência social que demandava um acompanhamento sistemático, em virtude de suas peculiaridades: portador de sofrimento mental, alcoolista crônico, longa trajetória de vida nas ruas e vínculo familiar fragilizado. Devido a essa singularidade parecia que o sujeito era tutelado por um técnico da assistência, pois a autonomia estava supostamente distante daquele sujeito. Era um caso que “incomodava” o serviço, pois os encaminhamentos não eram efetivados devido à falta de organização e autonomia, princípios norteadores do Programa Bolsa Moradia. Foi nesse contexto, intrigante, de forma indireta, que o Sr. Carlos, despertou olhares de questionamentos, sobretudo das ações da assistência social, pois “nada” era suficiente para atingir a promoção social do usuário. Portanto, a presença constante do técnico foi diluindo. Desse modo, tivemos a surpreendente notícia que o Sr. Carlos havia sido convidado para atuar no Grupo Galpão. Assim, como foi dito na introdução, a partir de alguns contatos informais, pude observar que o trabalho teatral parecia devolver ao Sr. Carlos a dignidade que tinha sido pulverizada nas ruas.

CAPÍTULO I

1 Exclusão Social e a Questão Social: efeitos das transformações do mundo do trabalho

1.1 Exclusão Social: banalização e a legitimidade do termo

O tema exclusão, por sua complexidade, exige que apresentemos alguns teóricos que problematizam suas discussões sobre a **exclusão social**, no que concerne a esse conceito e aos pressupostos psicossociais. Existe ainda uma concepção de exclusão turva, no qual se tenta explicar a atual conjuntura por esse viés. Então, clarificar e reforçar sobre o conceito de exclusão nos auxiliará na compreensão do universo simbólico – social, político e econômico – em que se localizam os sujeitos ditos excluídos. Buscamos ao tecer fundamentos psicossociais acerca **da nova exclusão**, refletir e identificar categorias analíticas que tentam explicitar o processo que dificulta a legitimação social do sujeito envolvido.

Na atualidade o termo **exclusão social** passa a ser referência para classificar ou denominar sujeitos que apresentam algum tipo de “anomalia”, portanto trata-se de um conceito que pode vir carregado de conotações ideológicas e pode ser usado nas mais diversas situações e sob múltiplos interesses. Assim, Wanderley (2008) convida os leitores a fazer uma reflexão sobre a noção de exclusão. A autora sinaliza que o termo apresenta um uso indiscriminado no que tange a representatividade do conceito de exclusão. Declara que:

[...] sob esse rótulo estão contidos inúmeros processos e categoriais, uma série de manifestações que aparecem como fraturas e rupturas do vínculo social (pessoas idosas, deficientes, desaptados sociais, minorias étnicas ou de cor, desempregados de longa duração, jovens impossibilitados de aceder ao mercado de trabalho, etc). (WANDERLEY, 2008: 17)

Para complementar o raciocínio da autora, Barros, Sales & Nogueira (2000) pontuam que a utilização do termo exclusão no sentido habitual correlaciona-se às transformações do mundo do trabalho, enquanto gerador de pobreza, desemprego e enfraquecimento dos vínculos sociais. Formatado por um consenso de que o eixo central da exclusão está na desigualdade socioeconômica e cultural, pujantes pelo aumento da precariedade e desemprego. Desse modo, ao direcionar o olhar para a população de rua, a sociedade enquadra esses indivíduos enquanto excluídos socialmente, principalmente por não serem inseridos em uma atividade laborativa que não confere uma legitimidade e *status*.

Wanderley (2000) considera que se efetiva uma questão social quando ela é entendida e assumida por um setor da sociedade, que tenta, por algum meio, equacioná-la, torná-la pública, convertê-la em demanda política, aludindo tensões e conflitos sociais. A autora explicita em seu estudo a concepção de Fleury (apud WANDERLEY: 2000):

Segundo Oslack & O'Donnell (1976), existem diferentes formas de exercício de poder que impedem o surgimento histórico de uma questão, tais como negar sua problematidade, afirmar a sua inevitabilidade, relegá-la ou reprimi-la. A emergência de uma questão presuppõe, pois, uma nova correlação de forças, a criação de um tecido social em torno de uma problemática, com capacidade de inseri-la no debate político. Este processo social tecido em torno de uma questão, para usar a feliz expressão Oslack & O'Donnell (1976, p. 20), envolve a constituição de sujeitos políticos, isto é, a construção de uma contra-hegemonia, de uma cultura no sentido gramsciano, capaz de organizar, valores e ideologias [...]. (FLEURY *apud* WANDERLEY, 2000: 60)

Nessa perspectiva, o autor compreende a questão social atrelada a determinados componentes da organização da sociedade, a saber: “nação, estado, cidadania, trabalho, gênero - que, histórica e estruturalmente, passam a ser considerados como críticos para a continuidade e mudança da sociedade” (WANDERLEY, 2000: 60). Portanto, a questão social exige que sejam fomentadas discussões de integração e inserção, reparações sociais ou revolução.

Véras (2008) resgata o debate da Comissão Europeia no destaque dos anos 80 e 90, a partir da concepção de Atkinson que configura o conceito de exclusão:

O conceito de exclusão social é dinâmico, referindo-se tanto a processos quanto a situações consequentes [...] Mais claramente que o conceito de pobreza, compreendido muito frequentemente como referindo-se exclusivamente à renda, ele também estabelece a natureza multidimensional os mecanismos através dos quais os indivíduos e grupos são excluídos das trocas sociais, das práticas componentes e dos direitos de integração social e de identidade [...] ele vai mesmo além da participação na vida do trabalho, englobando os campos de habitação, educação, saúde e acesso a serviços. (ATKINSON *apud* VÉRAS, 2008: 34)

A autora tenciona explicar a exclusão para além do crivo do trabalho onde afirma que há outros fatores multidimensionais de “precariedade econômica e social, instabilidade conjugal, vida social e familiar inadequadas, baixo nível de participação nas atividades sociais etc., em um espiral viciosa de produção da exclusão” (VÉRAS, 2008 35).

Devido à concepção abrangente do termo, alguns autores alertam para a trivialidade e deturpação de seu emprego: exclusão. Martins (2003) delata que a utilização do termo tornou-se coisificado, uma fetichização, é uma ideia vaga para atribuir aos problemas sociais. Deixa claro que “não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes [...]” (MARTINS, 2003: 14). Para esse

autor ao atribuir o termo exclusão para explicar os problemas sociais incorre-se ao erro em escamotear e distorcer a real problemática.

Castel (2000) também aponta para o perigo na utilização do termo exclusão de forma estanque. Esse autor enfatiza o cuidado que temos que ter para não denominar de exclusão qualquer disfunção social, mas ter perspicácia para distinção dos processos de exclusão do conjunto dos elementos que constituem, hoje, a questão social na globalidade.

Para não cair na armadilha de simplificar o termo exclusão, faz-se necessário averiguar em quais condições o seu emprego torna-se legítimo. Com isso evitará análise distorcida da real problemática. Desse modo, Castel (2000) resgata na história, traços constitutivos de uma sociedade de exclusão. Isso contribui para discernir se a aplicação do termo é pertinente na situação contemporânea. O autor cita vários episódios de exclusão, que apesar de suas especificidades, convergem para um ponto em comum. “Ela [A exclusão] impõe uma **condição específica** que repousa sobre regras, mobiliza aparelhos especializados e se completa por meio de rituais” (CASTEL, 2000: 40. Grifo do autor).

Nessa perspectiva, Martins (2003) dialoga com Castel (2000) e afirma categoricamente que sociologicamente exclusão não existe. Na verdade o que se tem é uma inclusão precária e instável, marginal, que aparece permeando o conjunto dos obstáculos e dos lugares residuais da sociedade presente. Desse modo a **exclusão** não tinha visibilidade justamente porque os sujeitos eram reincluídos em curto prazo. Porém, nos últimos anos a **exclusão** passou a ser visível em função da demora de inclusão: “o tempo que o trabalhador passa a procurar trabalho começou a se tornar excessivamente longo e frequentemente o modo que encontra para ser incluído é um modo que implica certa degradação” (MARTINS, 2003: 32). Dessa maneira, encontramos um modo de vida permanente: o modo de vida do excluído que não consegue ser incluído. Afinal, para Martins, quando ocorre a reinclusão, esta se dá somente no plano econômico, pois o sujeito consegue ganhar algo para sobreviver. Portanto, cria-se uma sociedade paralela que é includente na esfera econômica e excludente na esfera social, moral e política. O processo descrito por Martins (2003) pode ser verificado na narrativa trazida por nosso entrevistado na vivência de uma forma de trabalho que apresenta certa degradação, quadro em que podemos conferir certa reinclusão no aspecto econômico, pois o que consegue com o trabalho se destina apenas a atender suas necessidades básicas. Mas certamente não podemos afirmar haver uma inclusão livre de precariedade. Vejamos nas palavras do Sr. Carlos:

Vendia as latinhas para comprar bebida. E quando eu ganho muitas roupas, tem um moço que mora aqui que compra roupa usada, e quando vem roupa de mulher e criança então vendo pra ele, pra comer e beber cachaça. (Sr. Carlos)

Apesar de uma maior integração na esfera econômica, os direitos social, moral e político, esferas importantes na (re) construção da cidadania, não são alcançadas plenamente.

De fato, tal como veremos na história do Sr. Carlos, Castel (2000) considera que as políticas de inserção, mesmo que pela via da informalidade, apresentam mérito incontestável por não renunciar definitivamente as novas populações colocadas pela crise em situação de inutilidade. Porém, para ele, tais políticas são elaboradas como estratégias limitadas no tempo, o que faz toda a diferença, o que era apenas apoio para o processo de adaptação ao novo contexto econômico, torna-se um regime permanente. Esse autor enfatiza que “se nada de mais profundo for feito, a ‘luta contra a exclusão’ corre o risco de se reduzir a um pronto socorro social, isto é, intervir aqui e ali para tentar reparar as rupturas do tecido social” (CASTEL, 2000: 28).

Como se vê, essas práticas políticas não são inúteis, mas se reduzir a elas insinuará na renúncia de inferir sobre o processo que causa estas situações. Alinhado ao pensamento desse autor, Oliveira (1997) reforça que para se vislumbrar a reversão e estancamento do processo **exclusão** é necessário lutar contra suas causas, e não simplesmente contra seus efeitos.

Nessa perspectiva, Sr. Carlos demonstra que foi inserido no programa da assistência social, enquanto ação protetiva, na tentativa de retirá-lo da vida nas ruas. E fica claro que a ação foi direcionada devido aos efeitos de uma sociedade capitalista, que não conseguiu inseri-lo em um trabalho que o potencializasse para manter seus direitos garantidos. Com isso fica evidente que as políticas públicas não têm elaborado ações direcionadas efetivamente para as causas da “exclusão social”, em termos de uma inserção no mercado produtivo. Tornando, assim, uma política meramente de apoio que se torna permanente, mas inconclusa, pois o sujeito não consegue, mesmo com o amparo dos serviços oferecidos, experimentar sua condição de sujeito autônomo:

O Bolsa Moradia, surgiu quando estava nas ruas, aí Anamélia, assistente social, pegou e disse que eu não ia ficar na rua: “Cê não vai não”. Eu ficava na Pampulha. Depois que saí do Barro Preto, fui morar na Pampulha. No mineirinho lá é tudo aberto, aí eu caí pra dentro. Aí deu que a Anamélia disse: “Carlos, você quer entrar para o Bolsa Moradia?” Ah, não vô mexe com esse trem não. “Cê tem documento?” Eu tenho documento, mas não vou mexer com isso não. Aí ela pegou e falou: “Vai!” Aí ela insistiu e o Jadir também, aí começaram com a falazada, aí peguei e entrei. Entrei e tô nela até hoje. (Sr. Carlos)

De acordo com seu relato, Sr. Carlos foi assistido por diversos serviços assistenciais, de cunho governamental e também de caráter não governamental, e mesmo que tenha recebido condições mínimas de apoio, estas se mostraram relevantes, a exemplo do que explica Castel quando afirma que as políticas de inserção apresentam mérito incontestável, mas são um começo apenas. Contudo, tal como Sr. Carlos afirma, “*levantam um pouquinho*”:

*Além do Centro de Referência para a população de rua, conheci o Jogum, Folha dos Amigos, Irmãos Glauco, lá em Contagem. Fazia curativo ne mim porque estava machucado. Me davam banho. E fui também, desculpa aí, porque eu errei, o Abrigo São Paulo me ajudou muito, entendeu? Essas ajudas foi muito, bom não posso reclamá. Me **levantaram um pouquinho**, entendeu? Pelo menos não estou na rua, fica tranquilo. Mas eu já tinha acostumado na rua. E todo mundo na rua já me conhece, a polícia me conhece, entendeu? Que sabe quem eu sou, tô todo documentado. (Sr. Carlos - Grifo nosso)*

Portanto, é preciso avançar um pouco mais. O que fazer em termos de política, depois de “*levantar um pouquinho*”? Podemos pensar que esses serviços assistenciais podem, ainda, se pautar numa perspectiva que toma o processo de exclusão como estado. É justamente uma dificuldade na forma de lidar com a complexidade da questão que nos remete a essa perspectiva, isto é, os programas parecem ainda não conseguir englobar os vários vetores que participam do quadro. No caso do Sr. Carlos, ainda que o programa possa verificar sucesso no que diz respeito à entrada e à permanência do sujeito, é evidente, na história do sujeito, a dificuldade encontrada em produzir a geração de renda necessária, a “*integração*” ao mundo do trabalho. É preciso superar a inclusão precária, como bem salientou Martins (2003). O que nos remete a identificar a fragilidade da sociedade na consecução de um sistema de proteção que promova mudanças e minimize o impacto causado, sobretudo pelas transformações do mundo do trabalho.

1.2 Uma Questão Social: transformações no mundo do trabalho

Castel (1998) estabelece uma análise histórica e socioantropológica no tocante da questão social. Para ele, é preciso que essa sociedade se interrogue sobre sua coesão e suas fraturas. As **metamorfoses da questão social** dizem respeito não apenas à crise da sociedade salarial, pois se apresentam muito mais que uma crise, por ainda não terem sido superadas. Dessa maneira, a **nova questão social** possui uma forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção.

Em uma palestra,⁷ Castel (2000) afirma que a sociedade salarial despertou para um novo tipo de seguridade ao trabalho, uma vez que somente eram protegidos os que possuíam posse. Já os trabalhadores dependiam da assistência social, “quando não podiam mais trabalhar, viviam um drama. E era ainda pior no hospital, e morrer num hospício sempre foi para o povo uma espécie de vergonha e de desgraça” (CASTEL, 2000: 244). A seguridade ao trabalho não abarcava a todos que necessitassem dela, e foi devido “à situação do trabalho sem proteção é que nasceu o novo *status* do trabalho na sociedade salarial” (CASTEL, 2000: 244).

É importante ressaltar que a configuração da sociedade salarial, despontou novas exigências que se deve ao caráter da flexibilização, em decorrência da globalização. Em consequência o trabalho passa a sofrer “dois tipos de redução: minimizar o preço da força de trabalho e maximizar sua eficácia produtiva” (CASTEL, 2000: 247). Expulsando muitas vezes aqueles que não conseguem acompanhar as novas exigências do mercado. Dentro da flexibilização, instaura-se a precarização do trabalho em decorrência da instabilidade do emprego, que vai substituir a estabilidade do mesmo como regime predominante da organização do trabalho. Na visão de Castel esse é um desafio mais grave na atualidade, superando o desemprego. Afinal a precarização do trabalho emerge como alimentadora do desemprego e essa situação torna-se cada vez mais delicada, obrigando os trabalhadores a permanecerem em uma condição de vulnerabilidade. Nesse mesmo ponto o autor ressalta três constatações que sinalizam três planos de cristalização importantes da questão social:

- A desestabilização dos estáveis;
- A instalação na precariedade;
- A caracterização das pessoas como “sobrantes”.

Essas três constatações contribuem para apreender as dificuldades de (re) inserção produtiva causadas pelo processo de globalização trazido pelo neoliberalismo, provocando consequências devastadoras. Pois, outrora, as pessoas tiveram a possibilidade de serem integradas no contorno do sistema produtivo, e na atualidade estão distantes de uma inserção que poderia conferir utilidade social. Essa situação abarca principalmente trabalhadores que são pouco qualificados, não quer dizer que não afete aos quadros superiores. Isso nos conduz a sublinhar na história do Sr. Carlos, que ele foi uma vítima da nova conjuntura econômica e

⁷ Palestra proferida por ocasião do Seminário Internacional “A questão social no contexto da globalização”, realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no período de 14 a 17 de outubro de 1996. Tradução: Mariangela Belfiore-Wanderley.

social, onde fica claro que por sua qualificação ser mínima não suportou as exigências do mercado e passou a se submeter a trabalhos ditos degradantes.

Os pontos explorados por Castel tornam-se imprescindíveis, pois retratam não só a situação da Europa, em que originou o estudo, mas todas as nações atingidas pela globalização. A compreensão da situação atual do trabalho, num contexto econômico marcado por fragilidade e fratura, nos remete a pensar que a desigualdade social e a pobreza estão vinculadas por essa situação que assola grande parte das pessoas.

Decerto que as transformações no mundo do trabalho apresentam nuances que precisam ser observadas para compreendermos a expressividade da desigualdade social: uma questão social. Para Wanderley (2000) a questão social tem-se apresentado sob formas variadas nesses 500 anos, mas sempre resultante dos modos de produção e reprodução social, dos modos de desenvolvimento, que compuseram em cada sociedade. Associada a essas transformações, a pobreza ampliou-se nas últimas décadas, em decorrência de causalidades internas e externas, coesas, da maneira pela qual se a “globalização”. A questão social, determinada pela “força das mudanças profundas que estão acontecendo nas relações entre capital e trabalho, nos processos produtivos, na gestão do Estado e nas políticas sociais, precisam ser encaradas” (WANDERLEY, 2000: 59).

Em ocorrência das vertiginosas mudanças no mundo do trabalho, Silva (2006) sinaliza alguns fatores provocadores que fomentaram o desequilíbrio econômico, social, político em determinados períodos:

A elevação das taxas de inflação, a crise financeira e do comércio internacional, a recessão econômica aguçada pelo choque do aumento dos preços do petróleo em 1973, são algumas manifestações da crise do capitalismo iniciada nos anos 1970, em que o padrão de acumulação e regulação fordista/keynesiano deu sinais de esgotamento. As estratégias de enfrentamento dessa crise fizeram dos decênios de 1970 e 1980, anos de reestruturação econômica e reajustamento social e político, em busca de um novo padrão de acumulação (SILVA, 2006: 198).

Alguns autores – Wanderley (2000), Ribeiro; Santos (1993) – apontam que a década de 80 foi considerada “perdida” devido à dívida externa ter alcançado níveis alarmantes, a inflação era crescente e incontrolável e alguns países tiveram danos irreparáveis na renda per capita. Devido a essa situação, implementaram-se políticas neoliberais com programas específicos de ajuste econômico, em meados dos anos 80 e dos anos 90. Em contrapartida apresentaram-se níveis de melhoria no índice de desenvolvimento humano: “nos padrões de nutrição, alguns avanços nas condições habitacionais, saneamento e infraestrutura, e no acesso aos serviços de saúde e educação” (WANDERLEY, 2000: 127). A volta

dos processos democratizadores após o término das ditaduras militares e o fortalecimento em vários níveis da sociedade civil, corroboraram positivamente na situação. Acrescentam que a mobilização e a luta em torno das conquistas dos direitos sociais na Constituição de 1988 ajudaram substancialmente na manutenção das condições de vida, pois fortaleceram a capacidade reivindicativa dos movimentos sociais. A intervenção estatal (RIBEIRO; SANTOS, 1993), a partir dos interesses populares, teve um papel essencial na estabilidade do quadro de carências e desigualdades sociais. Apesar disso, Wanderley (2000) sublinha que houve indicadores que apontam o crescimento do número de pobres

[...] que se revela no aumento do subemprego e desemprego, na deterioração da qualidade de vida de vastos contingentes populacionais, no crescimento da economia informal, e na crescente anomia social que impregna as sociedades da qual a violência urbana, o crime organizado, a droga são alguns sinais mais evidentes. (WANDERLEY, 2000: 128)

Esse autor analisa que, devido à concentração de riquezas e de poder na minoria rica e ao crescimento dos pobres, a questão social de longa duração, como base na desigualdade e injustiça estruturais, não foi excedida pelos processos de emancipação do século XIX e de modernização do século XX (WANDERLEY, 2000).

Silva (2006) constata que na década de 1990, as marcas da desestruturação do mercado de trabalho contraíram maior evidência, comprovadas pela tendência de redução do trabalho assalariado, com respaldo legal, e da dilatação do desemprego e de ocupações em que não se utiliza o trabalho assalariado permanente, a saber: empresas familiares, os trabalhadores autônomos (vendedores ambulantes, cuidadores de carros e outros). A drástica diminuição das ocupações na área industrial corroborou para esse quadro, em que o exército industrial de reserva foi ampliado. Sobre a diminuição das ocupações na indústria, cita Pochmann:

Desde 1980 o indicador do desemprego industrial vem regredindo. Em 1999, o Brasil possuía 3,1% da quantidade de empregos industriais no mundo, o que equivaleu a menos de 12% do total da ocupação nacional. Uma situação próxima à de 1940, logo no início do processo de industrialização nacional. (POCHMANN *apud* SILVA, 2006: 160)

Dessa maneira, a reação da sociedade perante aos problemas do mercado de trabalho, principalmente por desemprego, se fundamenta em duas explicações: problema coletivo e problema individual. Segundo Pochmann (1999) a sociedade reage aos problemas sociais, sobretudo ao desemprego e, ao reagir, pode definir não apenas o tamanho do desemprego, mas também as formas de convivência entre aqueles que têm emprego e aqueles

que não têm. Portanto, a sociedade necessita se estruturar para enfrentar melhor a situação do desemprego. Por outro lado, a sociedade pode reagir de forma conservadora e avaliar que o desemprego seja um problema individual. Ou seja, que não querem trabalhar, ou simplesmente o problema do desemprego deve-se fundamentalmente à ausência de qualificação por parte do trabalhador. Em se tratando da qualificação, esse autor ressalta que surgiu novo conceito para designar aqueles que buscam a qualificação: empregabilidade. Com isso, destina-se a solução quase que individual, onde aquele que se qualificou teria maior empregabilidade, ao contrário daquele que não se qualificou. De certa maneira, essa visão faz com que o problema do desemprego seja de ordem individual.

Para representar estas proposições, em relação à qualificação profissional e aqueles que demonstram vínculo empregatício, o 2º *Censo da População de Rua e Pesquisa Qualitativa de 2006 de Belo Horizonte* mostra claramente que as atividades desenvolvidas pela população em situação de vida nas ruas estão relacionadas à prestação de serviços pouco qualificados, havendo raras exceções. As tabelas em anexo apresentam o vínculo empregatício e as atividades produtivas desenvolvidas, no período de 1998 a 2005.

No discurso do entrevistado fica evidente que desempenhou várias atividades laborativas, sem necessidade de qualificação técnica, conforme demonstrou a pesquisa censitária, o que pode ser ilustrado pelo trecho abaixo:

E eu saí de casa assim, porque lá não tem serviço, aí eu tive que sair da minha cidade. Porque cortar cana lá [Ponte Nova] nem para ganhar nem para comer, não tinha condições [...] a firma... não sei o que deu na firma em Mariana, trabalhava de servente. Aí eu vim para Belo Horizonte, arrumei um serviço na Caetano Móveis & LTDA, ele quebrou também [...] trabalhava de tudo: montagem, de tudo de móvel. [...] Em Mariana trabalhei de marleteiro. (Sr. Carlos)

É nesse meandro que a população em situação de vida nas ruas passa a ser visualizada. Pois se destacam na linha da miserabilidade, devido ao fato de serem pessoas sem inserção no mundo do trabalho ou quando incluídos encontram-se nas relações e condições de trabalho precarizadas, instituídas na desregulação dos direitos conquistados pelos homens, como podemos constatar na pesquisa censitária. É muito comum que as pessoas em situação de vida nas ruas sejam responsabilizadas pela situação em que se encontram por suas “imperfeições”, “falhas” de caráter. Muitas vezes também são tratadas como uma ameaça à comunidade.

Dentro disso, a partir de respaldo legal através da Política Nacional Para Inclusão Social da População em Situação de Rua (2008), percebe-se que há movimentação para reconhecimento dos direitos de cidadania dessa população, mas tem tomado corpo

lentamente. Principalmente no que tange a desvinculação de estigmas e também enquanto sujeitos sociais. É dessa maneira, dentro dessa concepção, que Vieira, Bezerra & Rosa visualizam essa população:

[...] a população de rua vem de forma lenta constituindo seus espaços de luta, através de manifestações em protesto pela falta de moradia, de emprego. Em vez de mendigo, indigente, maloqueiro, denominações como sofredores de rua, povo da rua, começaram a substituir a identidade estigmatizada de caído, criando condições para que esses indivíduos se vejam como grupo social e não apenas como fracassados solidários, únicos responsáveis por sua situação, e para que possam ser vistos não como clientes, carentes, mas como sujeitos, com direito à cidadania. (VIEIRA; BEZERRA; ROSA *apud* POLÍTICA NACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, 2008: 4)

A sociedade ainda apresenta uma concepção deturpada da população em situação de vida nas ruas e que ainda precisa ser desmistificado. Desse modo, há sociólogos, psicólogos e filósofos, entre outros pesquisadores que têm direcionado estudos em que problematizam a população em situação de vida nas ruas. Atribuir importância para esse segmento possibilitará maior compreensão sobre os problemas sociais e possível elaboração de políticas públicas mais consistentes. Borin *apud* Silva (2006) ressalta que “os moradores de rua são muito estigmatizados pelos cidadãos da cidade. Eles despertam medo, nojo e descaso” (BORIN *apud* SILVA 2006: 93). No entanto, na entrevista, Sr. Carlos, sinaliza que a sociedade inicia, mesmo que seja de forma mínima, um processo de discernimento de quem mora nas ruas não é um ladrão, mas sujeitos de necessidades. Tornando próximo da concepção que está presente na Política Nacional Para Inclusão Social da População em Situação de Rua, produzindo certa noção de sujeitos que carecem de ser vistos com direito de cidadania. No discurso do entrevistado é revelado: “*Todo mundo que fica no Barro Preto, tem lugar pra cumê, lugar de dormir. Lá pra dormir de dia, lá ninguém critica ninguém! Lá cê pode chegar duas horas que tem comida pra cumê, lá ninguém nega comida. Lá eles conhece nós tudo. Sabe que nós não é ladrão [...]*” (Sr. Carlos).

Dentro disso, é necessário ainda, tornar a sociedade consciente de que a população em situação de vida nas ruas, muitas delas, são vítimas das consequências globalizadoras, principalmente no que tange as transformações do mundo do trabalho. Gerando assim, um problema coletivo, ou seja, uma questão social e não individual. Silva (2006) “considera que este público é uma expressão incontestável das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que desenvolve a partir do eixo capital/trabalho. E, como tal, é expressão da questão social” (SILVA: 2006: 21).

1.3 A (in) visibilidade da população em situação de vida nas ruas

A visibilidade da pobreza é escancarada, não se pode esconder, atravessa os limites dos bairros pobres e chega às ruas bem comportadas, às avenidas, às pontes e viadutos, às marquises dos edifícios grandiosos. Assim, o que é objetivo e concreto torna-se centro de discussões e alvo de formulações de políticas públicas, na tentativa de minimizar as perdas decorrentes da degradação do mundo do trabalho. Percebe-se que o Estado vem desenvolvendo ações que possam atender todos aqueles que dela precisar, mas é sabido que não consegue envolver todo o seu público.⁸ Portanto, é necessário compreender quais os elementos psicossociais que esteiam os discursos dos **excluídos** no plano intra e intersubjetivo e o que ocasiona a **exclusão** a longo prazo em termos de sofrimento.

Sawaia (2008) pautada em uma reflexão do sofrimento ético-político⁹, revela na pesquisa desenvolvida com o público de população em situação de rua:

Os moradores de rua demonstram empiricamente a tese de que o desejo e a ética não estão atrelados às necessidades da espécie. Não lhes interessam qualquer sobrevivência, mas uma específica, com reconhecimento e dignidade. Mesmo na miséria, eles não estão reduzidos às necessidades biológicas, indicando que não há um patamar em que o homem é animal. O sofrimento deles revela o processo de exclusão afetando o corpo e alma, com muito sofrimento, sendo o maior deles o descrédito social, que os atormenta mais que a fome. O brado angustiante do “eu quero ser gente” perpassa o subtexto de discursos. E ele não é apenas o desejo de igualar-se, mas de distinguir-se e ser reconhecido. (SAWAIA, 2008: 114)

A partir dessa citação, pode-se observar que o sofrimento causado pela situação social de ser tratado como insignificante, sem importância, apêndice inútil da sociedade é manifestado no relato do Sr. Carlos. De maneira geral, o que se pode notar, é que a rua lhes proporciona tudo, até mesmo a possibilidade de ser eliminado do tecido social, ou seja, sofrem ataques cruéis de pessoas que rejeitam a população em situação de vida nas ruas, chegando à morte. Coloca-se a vida em risco, conferindo certo sofrimento, e por outro lado a rua os reduz às necessidades biológicas: “*Morar na rua não é ruim, mas também não é tão*

⁸ Por exemplo, o Programa SASF/ Bolsa Moradia não atende toda a população em situação de vida nas ruas, devido ao número reduzido de benefício ofertado.

⁹ Segundo Sawaia (2008) *o sofrimento ético-político abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto* (SAWAIA, 2008: 105. In: SAWAIA, 1995).

bom. Arrisca muito a vida: o zoutro coloca fogo em você, joga tiner no seu rosto, já tentaram jogar tiner, mas não conseguiram. O lado bom de morar nas ruas é que come, bebe, fuma, tem tudo. Mora na rua, tem tudo” (Sr. Carlos).

Esse dispositivo, o sofrimento, confere marcas indelévels no sujeito, dificultando o alcance da legitimidade da cidadania. Compreender esse sofrimento enquanto oriundo da forte degradação do mercado do trabalho, no qual os empurra para a esfera da inatividade e que circunscrevem na dependência dos serviços sociais, sinaliza a apresentar teóricos que fundamentam essa situação não pela exclusão social. Pois isso implica desvelar as manifestações que se apresentam obscuras acerca da questão social e produzir consistência nas formulações psicossociais.

O estudo realizado por Paugam (2008) traz contribuições imprescindíveis acerca da pobreza. Ele trabalha o termo desqualificação social, que é caracterizado pelo:

[...] movimento de expulsão gradativa, para fora do mercado de trabalho, de camadas cada vez mais numerosas da população - e as experiências vividas na relação de assistência, ocorridas durante as diferentes fases desse processo. Cumpre realçar que o conceito de desqualificação social valoriza o caráter multidimensional, dinâmico e evolutivo da pobreza e o *status* social dos pobres socorridos pela assistência. (PAUGAM, 2008: 68)

A desqualificação social pode ser analisada na vivência do Sr. Carlos, na exposição vivida na condição de desvalorizado e estigmatizado, ainda que venha atravessada por várias intervenções assistenciais. Contudo, a falta de trabalho, nesse estudo de caso, torna-se um dos fatores centrais na inclusão das políticas sociais. Na fala do Sr. Carlos fica claro sua expulsão paulatina até chegar a um nível degradante, como foi visto em seus relatos acima. Porém, esse processo de dependência tem-se comprometido em função de uma experiência peculiar:

Porque eu tô no teatro, porque esse dinheiro do Bolsa Moradia poderia ficar o dia inteiro dormindo, mas eu cato latinha, eu vou, aí acho um mental, trago aqui pra casa e vou juntando, ponho aqui no cantinho. Assim tem muita gente empolgada por causa do Bolsa Moradia. Mas não pode se empolgar. Porque quando sair o predinho, se não arrumar um serviço como vai cumê, beber, quando sair o predinho acaba a cesta básica, acaba a cesta básica [...]. (Sr. Carlos)

Em seu relato, a inserção no trabalho teatral surge como efeito significativo na sua história, oferecendo oportunidade para se desvencilhar dos programas assistenciais. Destarte, o trabalho teatral desenvolvido partiu de uma proposta para além dos olhos das políticas públicas, como veremos adiante. O trabalho teatral para esse sujeito floresce de forma não degradante, mas algo que se tem conteúdo simbólico e sentido.

Mediante a crítica do entrevistado, desvenda-se a relação da população designada como pobre em função de sua dependência correlacionada aos serviços sociais. Como visto a política (de apoio) não alcança promoção social. Simmel *apud* Paugam (2008) afirma que “os pobres, enquanto categoria social, não são os indivíduos que sofrem de carências ou privações específicas, mas os que recebem assistência - ou os que deveriam de recebê-la segundo as normas sociais” (PAUGAM, 2008: 69). Portanto, a pobreza não pode ser limitada a partir de critérios quantitativos, mas a partir de reações sociais geradas por situações peculiares.

Dentro da dimensão da desqualificação social, Serge Paugam, sublinha o enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais que constituem uma dimensão essencial desse processo. O enfraquecimento dos vínculos sociais perpassa pela precariedade da vida profissional que converge a uma diminuição de sociabilidade. Decerto, facilita os desempregados manterem distâncias do seio familiar. Tendo uma proporcionalidade, quanto maior a precariedade no mercado produtivo, maior probabilidade do indivíduo não ter nenhum vínculo com a família. Esse processo é bastante perceptível na população em situação de vida nas ruas. O enfraquecimento do vínculo familiar está presente no discurso do entrevistado, devido, à busca de um trabalho “[...] *eu sai de casa assim, porque lá não tem serviço, aí eu tive que sair da minha cidade [...]*”, mas ainda mantém contato com os familiares mesmo que esporadicamente:

A minha relação com os meus familiares é muito boa, todo mundo gosta de mim, num tem atrito, num tem nada. Portanto, ontem mesmo liguei pra minha mãe, ela falou que é pra mim ir lá, entendeu? E minha mãe é... eu sou o xodó dela. Tenho cinco irmãos, tenho contato com eles e minha relação com eles é boa. (Sr. Carlos)

Já a ruptura dos vínculos sociais é concebida por Paugam a partir do momento em que interrompe qualquer ajuda e as pessoas passam a encarar múltiplos problemas na vida. Afastam-se das malhas da proteção social e se defrontam em condições crescentes de marginalidade, onde a pobreza é vestígio de **dessocialização**. O processo de **ruptura** acumula problemas variados: saúde precária, distanciamento do mercado produtivo, ausência de moradia, perda de contatos com a família, dentre outros. A ruptura dos vínculos, enquanto última fase do processo de desqualificação social, para ele “[...] é um acúmulo de fracassos que conduz a um alto grau de marginalidade. Sem esperanças de encontrar uma saída, os indivíduos sentem-se inúteis para a coletividade e procuram o álcool como meio de compensação para a sua infelicidade” (PAUGAM, 2008: 76).

Nessa perspectiva, a história do Sr. Carlos está circunscrita por um feixe de vetores que parece se tender ao fracasso social: quadro de saúde mental, fragilização dos laços

familiares, falta de trabalho, alcoolismo, dentre outros. Em relação ao alcoolismo, percebe-se na fala do Sr. Carlos que o uso do álcool não é decorrente dos constantes fracassos, mas algo que está presente na sua história pregressa:

O álcool comecei novo. Foi assim: minha mãe me dava dinheiro para comprar pão com manteiga, e o barzinho abria 6 horas. Então minha mãe dava dinheiro para comprar pão com manteiga, mas não comprava nada. Tinha um amigo que ia pro buteco todo dia, 5 horas já estava sentado lá. Na hora que abria já tava com a cachaça. Aí eu passava o dinheiro pra ele e tomava. (Sr. Carlos)

O discurso de Paugam torna-se premissa para compreender a relação do aspecto econômico enquanto desencadeador da fragilidade e/ou ruptura dos vínculos sociais que acomete o risco das pessoas se tornarem moradores de rua. Mas, Silva (2006) ressalta que alguns autores referem a essa questão como uma das formas de solidificação dos problemas de cunho econômico. Mas existe outra visão, não preponderante, em que se compartilha parcialmente com outros autores a ideia de que há outros fatores estruturais ou elementos atrelados às histórias de vida dos indivíduos que se dirigem à fragilização e ao rompimento dos vínculos familiares, como as divergências afetivas, os preconceitos relacionados à orientação sexual, a intolerância às situações de uso, abuso ou dependência de álcool e outras drogas. Entretanto, no contexto contemporâneo, o fator econômico expresso, principalmente pela ausência de trabalho e renda regular, é principal. É o que revelam as pesquisas mais recentes sobre o assunto.

Assim sendo, esse fenômeno, população em situação de vida nas ruas, constitui manifestação radical da questão social na contemporaneidade, que materializa e dá visibilidade ao impacto do capitalismo sobre o ser humano, despojando-o completamente dos meios de gerar riquezas para uso próprio e sobrepujando-o a graus extremos de degradação de vida. O resgate sucinto da apresentação da questão social na perspectiva de Castel e as consequências produzidas subjetivamente auxiliadas pelo discurso de Paugman e Sawaia, principalmente na vida da população em situação de vida nas ruas, conferem deslocar a responsabilidade individual para um problema coletivo.

CAPÍTULO II

2 O trabalho enquanto especificidade humana

2.1 Discussão sobre a centralidade do trabalho: embate social

“O trabalho permanece como referência dominante não somente economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente, fato que se comprova pelas reações daqueles que não tem” (CASTEL, 1998).

As mudanças na produção e no trabalho têm auferido explicações variadas que buscam, a partir da identificação e quantificação das transformações da organização do trabalho, apreender sua direção e ressaltar suas implicações sociais. Dessa maneira, o debate em torno das teses em voga - que compreende desde abordagens que divulgam o fim do trabalho¹⁰ até as que reforçam a centralidade do trabalho, apesar das mudanças que se tem processado em torno dele - tem sido intenso e tem produzido importantes contribuições e questionamentos para a teoria e a pesquisa.

No século passado, o trabalho estava no centro das profundas mudanças provocadas pelo capitalismo. Com o avanço do capitalismo industrial e as frequentes ondas de inovação tecnológica, os trabalhadores tiveram danos expressivos em torno dos direitos conquistados bem como a expansão do desemprego e a precarização. E é justamente nesse cenário que vários cientistas sociais passam a conceber a centralidade do trabalho na organização social, sendo constitutiva de identidade e fator preponderante na edificação e reprodução na malha social (COSTA, 2003). O discurso da sociologia marxista defende o trabalho enquanto lugar central nas relações sociais. Ao destacar a população de vida nas ruas no emaranhado do mundo do trabalho, este ainda pode conferir aspectos que possam produzir algum conteúdo significativo? O trabalho é um vetor que potencializa e desperta autonomia em uma população. Mas será que isso ocorre com pessoas que desempenham apenas atividades residuais? O trabalho ocupa lugar central na vivência da população em situação de vida nas ruas?

Para tal, faz-se necessário apresentar alguns autores que defendem categoricamente a centralidade do trabalho. Assim, vale compreender os aspectos mais

¹⁰ É sabido que há alguns autores, André Gorz, Clauss Offe e Habermas, que advogam o fim do trabalho, devido principalmente, à precarização e fragmentação da organização do trabalho que tem produzido uma desconstrução da concepção da centralidade do trabalho e, com efeito, perde-se seu conteúdo significativo. (ORGANISTA, 2006)

sublimes da centralidade do trabalho, é importante conceber o sentido genérico do trabalho. Lima (2002) concebe como uma categoria insuperável e trans-histórica, posto que o trabalho seja inerente ao homem. Assim, afirma que “a finalidade do trabalho é a auto-construção humana, a produção do homem pelo homem, pois o homem é o único ser que cria a si próprio, que se auto-constrói, sendo o trabalho uma categoria central nesse processo de auto-construção” (LIMA, 2002: 1).

Lima (2002), pautada na concepção de Lukács, ressalta que o trabalho apresenta um lugar privilegiado na gênese do ser social:

[...] todas as outras categorias desta forma de ser têm já na sua essência um caráter social; as suas propriedades e modos de operar se desenvolvem somente no ser social já constituído; o seu manifestar-se, ainda que já extremamente primitivo, pressupõe sempre o salto como já realizado. Somente o trabalho tem na sua essência ontológica um caráter claramente intermediário; ele é, na sua essência, uma inter-relação entre homem (sociedade) e a natureza, quer inorgânica (utensílios, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.), quer orgânica; inter-relação que [...] antes de tudo, marca a passagem do homem que trabalha a partir do ser meramente biológico ao ser social. (LUKÁCS *apud* LIMA, 2002: 2)

Essa longa citação torna-se valiosa por introduzir reflexões sobre a relação do homem com a natureza em interface com o trabalho. O homem relaciona-se com a natureza, não de forma direta, mas pela intermediação do trabalho. Contudo, essa inter-relação, homem e natureza, passam a ser uma forma de o homem efetivar suas finalidades, produzindo suas necessidades. Desse modo, o estudo de caso presente, em algumas passagens, denota que o trabalho é essencialmente um fator relevante em sua vivência, traduzida por um processo de autoconstrução. O entrevistado legitima o trabalho na sua centralidade, independente da atividade desempenhada, pois no seu discurso, mesmo enfrentando trabalhos precarizados, sempre trabalhou na garantia de suprir suas necessidades: “*Quando estava nas ruas catava latinha, papelão, tudo, metal. Vendia pra mim comê. Meu dinheiro tinha acabado, então tinha que comê*” (Sr. Carlos).

Dessa maneira, o trabalho viabiliza ao Sr. Carlos, mesmo que precariamente, interação com a sociedade e a natureza. Assim, é pelo trabalho que o homem se sobressai perante a natureza. Lima (2002) ancorada na proposição de Lukács (ano), no qual concebeu que Marx produz inovação pelo fato de rechaçar a concepção clássica de apartação entre natureza e sociedade, “ao tomar os problemas pertinentes à natureza na sua efetiva inter-relação com a sociedade”, em posições distintas que se constituem e se alteram em um processo de deliberação reflexiva. Com isso, o trabalho se destaca, uma vez que aparece como

“o mediador do intercâmbio da sociedade com a natureza” (PRÓLOGO, séc. XVIII *apud* FORTES: 13. In: LIMA, 2002: 2).

Nessa vertente, Antunes (1999) comunga com a proposição de Lukács e explicita que se dá “uma vitória do comportamento consciente sobre a mera espontaneidade do instinto biológico quando o trabalho intervém como mediação entre realização e satisfação imediata” (LUKÁCS *apud* ANTUNES, 1999a: 139).

Dentro dessa perspectiva, Antunes (1999) destaca ainda que a realização do ser social apresenta o escopo da produção e reprodução da sua existência, ato social que se materializa pelo trabalho. Enfatiza que é “a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas” (ANTUNES, 1999b: 121). Assim, é pelo trabalho que o homem se distingue dos outros animais, pois o ser humano tem idealizado, em sua consciência, o desenho que quer imprimir ao objeto do trabalho, antes de sua efetivação. Nesse foco, o Sr. Carlos expressa de forma consciente o fazer do seu trabalho, materializando especificamente no trabalho teatral, sua subjetividade: *“O teatro é uma coisa que eu gosto, porque para ser um ator tem que ter jogo de cintura, não ter medo de público. É chegar e fazer alegre”* (Sr. Carlos).

Isso salienta a capacidade teleológica do ser social. Para Antunes (1999) é no trabalho, enquanto momento distinguidor, que é constituído pela manifestação do ato consciente que, no ser social, deixa de ser um mero **epifenômeno** da reprodução biológica. E apoiado na concepção de Lukács, pontua que “o trabalho é um ato de pôr consciente e, portanto pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios” (ANTUNES, 1999b: 122). Portanto, a dimensão teológica diz respeito a uma dimensão fundamental da subjetividade.

A partir da distinção dos demais animais, a compreensão do trabalho como elemento central no processo da sociabilidade humana e na determinação de seu modo de vida torna-se configurativo como momento fundante de realização do ser social. Assim, Silva (2006) ressalta que isso ocorre em decorrência da relação do homem com a natureza:

É pelo trabalho que os homens se distinguem dos demais animais. Adquire uma forma corporal própria, modifica, e domina a natureza, obrigando-a a servi-lo, imprimindo aos seus recursos forma útil à vida humana. Neste processo de modificação da natureza externa para atender às suas necessidades mediante a produção de seus meios de subsistência, o ser humano modifica sua própria natureza, desenvolvendo potencialidades nela existentes e adormecidas. A produção desses meios de subsistência repercute na produção de sua vida material, e dessa forma, em seu modo de pensar e viver. (SILVA, 1999: 31)

A interação do homem com a natureza, delineado pelo trabalho, engendra uma reprodução no homem. Lima faz um recorte da idealização de Chasin, quando este propõe dois aspectos: a reprodução biológica e a reprodução social. Mas é pela reprodução social que o homem modifica e é modificado. Nas palavras de Chasin:

[...] reprodução biológica, que é basicamente a mesma que ocorre com o animal e a reprodução social, que é onde ocorre a diferença. A reprodução tipicamente humana é sempre a reprodução do outro. Além disso, ao se modificar a forma de produzir, a forma de trabalho, modifica-se também o homem. Pois nada que é útil ao homem se encontra pronto na natureza. Ele precisa modificá-la, dando-lhe utilidade e, ao fazê-lo, modifica a sua própria natureza, modifica a si mesmo. Ele não se modifica biologicamente, embora no seu corpo fiquem as marcas do seu trabalho. (CHASIN *apud* LIMA, 2002: 7)

Nessa perspectiva, nota-se na fala do Sr. Carlos que o trabalho é fonte de mediação entre ele e a natureza, idealizando a produção biológica e social. Isso surge, ao declarar sobre o trabalho teatral, a relação que estabelece com essa atividade. O trecho abaixo apresenta elementos que apontam para tais características da atividade laboral:

Aí eu fiz uma gravação, aí hoje um diretor me procurou, hoje tô no Grupo de Teatro Galpão, chama Pindorama 171, ali tá dando pra ganhar meu dinheirinho, entendeu? Tô viajando muito, graças a Deus. Chegou um diretor no Centro de Referência procurando um que sabe agir no teatro, que não tem medo de público. Aí tava lá tomando cerveja, cachaça, entendeu? Aí esse cara ficou me rodiando. Aí eles falaram: “Ou, faz favor!” Aí esse cara e o João, Guilherme e um outro que não lembro o nome dele. “Uai mas lá paga? Porque de graça não vou fazer nada não. Eu tô no bolsa moradia, mas eu preciso de dinheiro, pra eu cumê, fuma, é isso”. (Sr. Carlos)

O entrevistado também evidencia o aspecto da reprodução social, sendo esse aspecto relevante, potencializa o homem a modificar e ser modificado, pois produz efeito de utilidade. Essa produção é que marca a diferença entre os animais, pois somente o homem é capaz de provocar modificação e se modificar. Sr. Carlos sublinha que o teatro apresenta utilidade, trabalho esse que produz momentos de descontração e espaço de fazerem as pessoas sorrirem:

[...] o meu [trabalho] é fazê o pessoal sorri, o teatro foi feito pra pessoa refrescá a cabeça, muita gente fala: “Ah, o teatro não vale nada!” É porque não viu. Porque se você for vê, você num... num... se ocê for vê... você vai vê que distrai sua mente. Coisa de casa você não leva pra casa. Cê fica mais tranquilo. (Sr. Carlos)

O fato de o Sr. Carlos fazer as pessoas sorrirem, dá a ele um lugar de destaque que o torna um sujeito de responsabilidade, desencadeando um estado emocional, ou seja, refletindo na subjetividade, despontando reconhecimento. E isso só pode ser conferido a partir

do interfluxo da objetividade e subjetividade. Enquanto aporte teórico, Brescia referencia Chasin. Para Chasin, Marx instaurou uma nova posição ontológica “onde o complexo categorial da objetividade é reconhecido em sua dimensão própria, isto é, não apenas enquanto exterioridade, mas enquanto interconexão e interfluxo da objetividade e subjetividade” (CHASIN *apud* BRESCIA, 2003: 112). Na concepção de Lima (2002), isto foi uma peça fundamental, pois abarcou os processos psicológicos humanos, pois, ao compreender o trabalho, pode-se efetivamente se ater à “relação individualidade-mundo ou subjetividade-objetividade e apontar tal relação como derivada da interatividade social dos indivíduos, tendo o trabalho como mediador por excelência” (LIMA, 2002: 26). De acordo com relato do Sr. Carlos, através do trabalho teatral tem sido possível conferir um *status* de reconhecimento que até então se encontrava no anonimato. Hoje (re) nasce um sujeito que pela interatividade social contabiliza sentimentos que são (re) produzidos pelo interfluxo. Assim, o entrevistado descreve:

Tira foto, porque meu nome bem dizer está espalhado no Brasil. Entendeu? Já está espalhado bem dizer no Brasil e, portanto, acho que vai parar até no Canadá. Entendeu o pessoal dos Estados Unidos tá aí. Foram vê o Pindorama 171, pediram autógrafo. Então a gente sente emocional. (Sr. Carlos)

Nota-se que o trabalho teatral para o Sr. Carlos tem fomentado na (re) construção da cidadania e em uma melhor integração social. E por excelência, o trabalho teatral, não qualquer trabalho, parece possibilitar que lhe imprima sua singularidade. De certa forma o trabalho tem assumido um lugar central na vivência do Sr. Carlos.

Essa posição evidencia que se admitirmos o fim do trabalho, estaremos admitindo o fim da humanidade. Assim, Lima contesta sob a possível admissão do fim do trabalho. Na qual, o que se verifica são mudanças econômicas e sociais decorrentes da flexibilização do trabalho. Pautada na concepção de Chasin, este explana que “o que está morrendo e rapidamente é uma forma dada de trabalho condicionada por um patamar de forças produtivas que estão superadas” (CHASIN *apud* LIMA, 2002: 8). Lima (2002) afirma que “dizer que o trabalho se extinguiu é equivalente a dizer que o ser humano se extinguiu, pois ‘não existe homem sem trabalho’” (LIMA, 2002: 8). Pode-se dizer que o trabalho esteve presente em todos os momentos na história do Sr. Carlos e cada qual teve a sua relevância, fazendo dele um sujeito existente. No entanto, somente o trabalho teatral é que tem conferido grande valor na sua subjetividade, tornando-o uma pessoa existente não só pela via do trabalho, mas, também perante a sociedade.

2.2 O trabalho como recurso terapêutico: valoração social

Fica evidente que o trabalho é uma categoria central enquanto possibilidade de compreender as relações sociais. Desse modo, na história da loucura, constata-se que o fator trabalho apresentou e ainda apresenta um dos eixos relevantes na construção de procedimento clínico para os portadores de saúde mental. Para tal, alguns pesquisadores têm apreendido seus estudos sob a relação do trabalho no campo da saúde mental. A implicação destes estudos tem sido direcionada para o binômio saúde/doença, que culminou no desenvolvimento da Psicopatologia do Trabalho, tendo este emergido no movimento da **Psiquiatria Social**, no final da década de 40, na França. Esse movimento apresenta duas vertentes: a organogênese e a sociogênese. A primeira vertente trata-se de uma confluência da concepção organicista e dinâmica da doença mental, mas compreendida principalmente por aspectos orgânicos. E a segunda é compreendida enquanto questão social.

A primeira vertente, organo-dinamismo, é defendida por Paul Sivadon. Esse teórico foi o primeiro a utilizar a expressão "Psicopatologia do Trabalho", em 1952. Esse autor "percorre todo este caminho que vai do trabalho como fonte de crescimento e evolução do psiquismo humano até as formas perversas de organização da atividade laboral, gerando pressões e conflitos insuperáveis e possibilitando a emergência da doença mental" (LIMA, 2002: 54).

Nassif (2005) sublinha que Sivadon "estabeleceu uma nova forma de abordar o doente mental e permitiu reconhecer o trabalho pelo seu valor de integração social, oferecendo-nos grande contribuição para os estudos na área de saúde mental no trabalho" (SIVADON *apud* NASSIF, 2005: memo). A concepção de Sivadon constitui uma base importante para desmistificar que o portador de sofrimento mental seria inapto ao trabalho. Além disso, favoreceu na constituição de outra identidade social, que não a de um portador de sofrimento mental, pois muitas vezes eram figurados apenas por essa identidade. Há uma passagem na vivência do Sr. Carlos que denuncia que a sociedade ainda não consegue avistar possibilidades de trabalho em pessoas com sofrimento mental. Porém ele consegue se apropriar de outra identidade, e não somente de um doente mental, mas de uma pessoa que pode produzir algo, mostrando-se útil a sociedade:

Pra eu estudar o texto... é quando me dão o texto, eu chego aí de tarde e fico lendo, lendo, lendo, lendo. Aí eu decoro, aí já começo a praticar sozinho. Eu vou lá pro... pro... pro... pra praça Raul Soares. E vou fazendo a peça sozinho. O zoutro acha que esse rapaz é doído. Teve até um dia em que uma dona perguntou se tinha problema mental: "Tenho mas isso aqui é peça de teatro" [...]. (Sr. Carlos)

Paul Sivadon, em suas atividades no Hospital de Ville-Evrard, desenvolveu na dimensão clínica, com esmero, o uso do trabalho como recurso na readaptação de pacientes psiquiátricos. Concebia que o trabalho poderia ser proposto mesmo a indivíduos com graves afecções mentais, mas teve o cuidado de atribuir tarefas compatíveis com as capacidades psíquicas e físicas.

Dentro desse contexto, Sivadon, ao se ater à maturidade psíquica do paciente, propunha duas alternativas de atividades para seus pacientes: as terapêuticas ocupacionais e a ergoterapia ou terapêutica pelo trabalho. A primeira destinava a “permitir aos pacientes bastante afastados do convívio social a uma retomada de contato com o mundo concreto”, recomendava trabalhos artesanais. Já na segunda, supunha “uma recusa da atual situação do paciente e a procura de um progresso no sentido de uma evolução das funções” (BILLIARD *apud* BRESCIA, 2003: 30). Na segunda alternativa o trabalho produtivo é assinalado pela existência de um salário.

A proposta de Sivadon se deslizava para concepção dos poderes terapêuticos do trabalho. Desse modo, aprofundou-se na ergoterapia ou terapêutica pelo trabalho. O desenvolvimento da ergoterapia de Sivadon se apoiava em dois princípios essenciais: “favorecer a evolução das doenças em direção às condutas, em função uma escala de níveis de trabalho e também que as terapêuticas pelo trabalho permitem restaurar o valor social do paciente, quer dizer, sua função e seu *status* de trabalhador” (BILLIARD *apud* BRESCIA, 2003: 31). O segundo princípio mencionado, restauração do valor social do homem através do trabalho, para Sivadon pautava-se na readaptação profissional como objetivo último de sua prática.

Cabe ressaltar que Sivadon apresenta uma concepção de valor terapêutico do trabalho, que para este estudo agrega elementos importantes, principalmente a questão da autonomia. Desse modo, Billiard assim descreve que:

[...] ao modificar o objeto, o sujeito modifica a si mesmo e procura então um meio mais resistente ao qual ele possa afrontar e tentar modificar. É nessa resolução de tensões sucessivas, nas relações do sujeito com o mundo material e social, que reside a ação terapêutica da ergoterapia [...] O que é posto em evidência é, ao mesmo tempo, a prova de realidade e as relações recíprocas, mas sempre incertas, entre sujeito e objeto na atividade de trabalho. Sendo possível, ou entravada, essa dimensão mediadora do trabalho abre espaço para a autonomia ou, ao contrário, para a repetição e a alienação subjetiva. (BILLIARD *apud* BRESCIA, 2003: 32).

Portanto, essa passagem possibilita identificar com o estudo de caso proposto, uma vez que o sujeito pesquisado vem apresentando comportamentos mais autônomos a partir da inserção no trabalho teatral. Pode-se pensar que a identificação com o trabalho teatral,

aparece como uma fonte segura no qual o sujeito em questão consegue realizar trocas sociais, consequentemente produzindo mudanças consideráveis no comportamento, principalmente a questão da autonomia: “*Hoje tô no Grupo Galpão, tô gostando e tô dedicando a essa personagem minha, tô lutando, entendeu? Porque a gente não pode parar, tô lutando [...].*” (Sr. Carlos)

O trabalho teatral parece aguçar o Sr. Carlos em busca de dedicação e aperfeiçoamento em sua atividade. E para isso precisa “*lutar*”. No dicionário Aurélio lutar corresponde a dois significados embutidos na fala do entrevistado: “trabalhar duro para atingir certo objetivo” e “empenhar-se” [na conquista do que se quer ou daquilo em que se acredita]. Dessa maneira, “*lutar*” remete à busca incessante de se posicionar perante a sociedade de forma a ser valorizado socialmente, correspondendo à restauração do valor social, conforme Paul Sivadon (*apud* Brescia, 2003) conferiu ao trabalho.

Dessa maneira, vale a pena fazer a seguinte pergunta: O que há de encantador no contexto do trabalho teatral que faz sentido para Sr. Carlos? Essa indagação pode ser esclarecedora por meio da abordagem sociogênese, desenvolvida por Le Guillant (*apud* Brescia, 2003) e contemplada no movimento da Psiquiatria Social. No desenvolvimento teórico teve influência de algumas ideias de Paul Sivadon, mas apurou-as e integrou aspectos relevantes da teoria marxista e do materialismo histórico.

Le Guillant (*apud* Lima, 2002) propõe em seu desenvolvimento teórico a concepção de uma Psicopatologia Social. A proposta permeava ao “explicitar o papel do meio no surgimento e no desaparecimento dos distúrbios mentais” (LIMA, 2002: 59). Associado a isso, Le Guillant integrava aspectos singulares do sujeito. É pertinente mencionar que esse autor não desconsidera os fatores orgânicos nos distúrbios. Apenas destaca que o meio torna-se fecundo no entendimento do psiquismo humano, e, por conseguinte da gênese da doença mental. Isto torna esclarecedor nas palavras de Le Guillant (*apud* Brescia, 2003):

É na medida em que uma condição de vida ou uma determinada circunstância se inserem em um conflito mais amplo, agravando-o e o elevando a um ponto intolerável, é que elas terão o poder de engendrar distúrbios mentais. O meio e os acontecimentos guardam, ao lado de sua função geral, tal como nos é revelado pelo materialismo histórico, o significado e o peso próprio a cada indivíduo. (LE GUILLANT *apud* BRESCIA, 2003: 33)

A obra de Le Guillant guiava-se pela orientação da psicologia concreta de Georges Politzer. Levando-o a concordar com o pressuposto basilar *politzeriano* de que:

[...] o conhecimento prático do homem deve ser o fundamento de toda a psicologia. Acredita que a abordagem “sociológica” seja definitivamente, e, sobretudo, uma via

que nos produz ao concreto, uma vez que o indivíduo jamais deve ser separado do social. Ele se volta, então, para o conjunto dos sintomas apresentados por seus pacientes, para a pessoa doente, seu meio e sua história. (LIMA, 2002: 60)

Tornando mais claro a proposta de Le Guillant, Nassif (2005) sublinha que esse autor baseando-se em Politzer pode concluir que:

[...] para compreendermos o psiquismo e seus distúrbios, devemos contemplar as condições reais de existência dos indivíduos, suas formas concretas de trabalho e o sentido que tudo isso tem para o sujeito, contemplando, então, tanto a perspectiva objetiva quanto a subjetiva do fato psíquico. (NASSIF, 2005: memo)

A contribuição de Le Guillant torna-se fundamental para atermos ao sentido que o sujeito em questão deste estudo produz mediante ao trabalho teatral. E somente poderá ser verificado dentro dos aspectos objetivos e subjetivos, ou seja, nas relações subjetivas e no seu meio de trabalho e vida. No discurso do Sr. Carlos o trabalho teatral tem lhe proporcionado momentos em que pode “*refrescar a cabeça*”, apresentando um cunho terapêutico, sem contar com o efeito estimulador que impulsiona na autonomia. Pode ser ilustrado na fala do Sr. Carlos:

O trabalho no teatro tem me estimulado muito, refresca a cabeça, viajo pelo Brasil inteiro, entendeu? Muita amizade, conhece pessoa muito diferente e assim a gente vai levando. Quando tô apresentando a emoção é muita. Você tem que ser firme e fazer o povo sorri, entendeu? Cê vai chegá e chega pra arreventá, entendeu? (Sr. Carlos)

Nesse trecho em particular, é interessante observarmos também que o trabalho produz emoção, e isso pode favorecer na promoção de sua saúde. O meio no qual Sr. Carlos está inserido parece saudável, pois aparentemente conta, inclusive, com olhares de incentivo que reforçam a capacidade do entrevistado enquanto possibilidade de se posicionar em outro lugar na sociedade. Lugar esse que confere reconhecimento, contribuindo na ruptura de olhares estigmatizadores. Pois, outrora se encontrava em um lugar desqualificador devido à sua condição que não permitia a sua ascensão. Também vale destacar que as atividades desempenhadas, degradantes, não apresentavam um sentido tão forte quanto o do trabalho teatral. Chegando ao ponto de tocar na sua emoção, na sua subjetividade: “*Gosto demais da Paula, entendeu? Fico até meio sem jeito porque ela falou assim comigo: ‘Agora você tá é subindo, não tá descendo mais não.’ Ela falou assim: ‘Dedica mesmo. Nós tão gostando de vê.’*” (Sr. Carlos).

Em suma, Sivadon e Le Guillant, mesmo apresentando especificidades ao direcionar o uso do trabalho como recurso terapêutico, demonstraram que é possível construir

a partir do trabalho nova forma de tratamento. E, por conseqüência, desconstrói o modelo tradicional de atendimento que era via institucionalização e muitas vezes utilização de procedimentos de tratamento sob tortura. Para ilustrar, o filme *Estranho no Ninho*¹¹ aborda ampla discussão sobre a questão da institucionalização bem como na condução do tratamento, dentre outras questões menos explícitas. Mas uma das formas de tratamento mais drástica era submeter aos pacientes, aqueles que apresentavam comportamentos inadequados, a cirurgia de lobotomia.¹² Dentro dessa observação, nota-se que o tratamento dos pacientes psiquiátricos, foi ganhando novo formato, mais humanizado. A contribuição, principalmente de Sivadon e Le Guillant, foi fundamental, pois ao injetar o trabalho como recurso terapêutico ampliou-se o olhar para esses sujeitos. Decerto que ao centrar o trabalho como forma de tratamento, atenta-se para uma forma mais humana, possibilitando uma (re) integração social, na qual fortalecerá o processo de transformação da condição de paciente para a condição de trabalhador, construtor de sua vida.

2.3 O trabalho teatral: visibilidade?

Neste capítulo o olhar para o trabalho teatral apresenta uma essência intrínseca, pois é nesse trabalho que o sujeito em questão parece desenvolver autonomia e também vislumbra possibilidade de (re) integração social. Então, o que conteria nesse específico trabalho que poderia promover mudança no sujeito em questão? Essa pergunta se faz necessária, pois, além de não se tratar de qualquer trabalho, também não se trata de qualquer pessoa, mas sim aquele que carrega consigo uma complexidade de fatores que sobrepõem na sua história de vida bem como na sua relação com trabalho. Assim, um fator relevante a ser descrito é que o trabalho teatral pelo qual o sujeito está inserido não apresenta em si fins terapêuticos, mas não deixa de sê-lo, como veremos mais adiante. No entanto, descreve o caráter de trabalho teatral como manifestação artística e não um instrumento meramente ocupacional, meramente assistencial. Pois, vale lembrar que estamos tratando de um sujeito que apresenta uma complexidade de fatores que apresenta neste estudo um diferencial.

¹¹ O filme *Estranho no Ninho* foi dirigido por Milos Forman em 1975, lançado nos Estados Unidos. Tempo de duração: 129 minutos.

¹² Segundo Masiero, a lobotomia é uma técnica neurocirúrgica, com a finalidade de conseguir uma modificação de comportamento ou eliminação de sintomas psicopatológicos. A psicocirurgia era indicada para pacientes que apresentassem uma sintomatologia psiquiátrica não influenciada por outros tratamentos, como a eletroconvulsoterapia, o coma insulínico, o coma cardiazolítico e uma infinidade de outras terapêuticas. Disponível em: <[HTTP://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0104_59702003000200004&ing=pt&hrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0104_59702003000200004&ing=pt&hrm=iso)>.

É notório que o uso do teatro tem sido um recurso de cunho democrático, pois sua aplicabilidade tem abrangido em diversas áreas, com vários objetivos a serem alcançados. Nesse sentido vale citar que na psiquiatria o teatro foi utilizado pelo médico Jacob Levy Moreno, no qual aflorou em teorias que emergiram práticas nos hospitais psiquiátricos. Esse teórico desenvolveu *O teatro da Espontaneidade* e, posteriormente, criou *O Psicodrama*. Então ele passou a empregar esse conhecimento ao grupo de pacientes psiquiátrico. Além do sentido terapêutico, o teatro pode ser desenvolvido em projetos comunitários enquanto ferramenta de educação e conhecimento. A professora e pesquisadora Márcia Pompeo Nogueira, das Artes Cênicas do Centro de Artes da UDESC, utilizou-se desse recurso para empregar nas comunidades carentes, em especial com meninos e meninas de rua.¹³ Para tal, o teatro na vida do Sr. Carlos apresenta-se como possibilidade de educação e conhecimento. Isso tem acontecido devido à sua necessidade de ampliar o conhecimento acerca de técnicas teatrais, uma vez que seu conhecimento era bastante reduzido. Apreende-se que o trabalho teatral não é só um meio de sobrevivência, já sublinhado em outro momento deste trabalho, mas também um campo de interagir com o mundo. Isto fica claro no discurso do entrevistado:

Tô fazendo um curso. Esse ano, até o final do ano, devo pegá o diploma. O curso é dois anos, dois anos. A gente tem que fazê ele, entendeu? Mas é cansativo também, mas a gente aprende a falar outro tipo de língua, entendeu? Muito diferente, tem que treinar bastante. Também aprende a ter educação, cultura, inteligência que tem que ter demais, porque os diretores são muito rigoroso. (Sr. Carlos)

Viganó (2006) nos seus estudos em um grupo de jovens, no cenário de políticas sociais, investiga o sentido e a prática da ação cultural. Apoiar-se na concepção de Teixeira Coelho, posto que é:

[...] um processo que possibilitaria às pessoas não apenas um momento de lazer, mas a invenção dos seus próprios meios no universo cultural, a construção de discursos críticos e o desencadeamento de processos que levariam à própria democratização da cultura, enfrentando os conflitos presentes em toda prática social. (VIGANÓ, 2006: 17)

Além desses exemplos existem tantos outros, em que o teatro torna-se uma fonte inesgotável para teorizar e tornar pragmático. Neste específico estudo não teremos a intenção em teorizar sobre técnicas teatrais, mas buscaremos abordar aspectos mais gerais sobre o trabalho do ator.

¹³ Mais detalhes do trabalho, ver em NOGUEIRA, M. P. Teatro com meninas e meninos de rua: nos caminhos do Ventoforte, 2008.

Augusto Boal foi um personagem revolucionário no mundo do teatro, pois suas técnicas e práticas propagaram-se por vários países, versando a transformação social por meio da arte. Suas técnicas utilizavam a estética teatral para efervescer questões políticas e sociais. Dessa maneira, a proposta de Boal torna-se democrática, uma vez que foi largamente empregada, não só por aqueles que entendem o teatro como instrumento de emancipação política, mas também nas áreas de educação, saúde mental e no sistema prisional.

Tomando como norte a concepção de Augusto Boal, a partir da célebre publicação do *Teatro Oprimido*, em que o teatro visa possibilidades de transformação social, nos faz considerar que o estudo de caso nos sinaliza que o trabalho teatral vem emergindo de forma contundente na vida do sujeito em discussão. O teatro tem despontado uma produção de trabalho que não o torna alienante, pois o trabalho do teatro apresenta uma essência que se dirige para a criatividade, um espectro de magia em que se mistura a realidade e a fantasia. E é nesse ir e vir, entre realidade e fantasia, que se pode observar conteúdo terapêutico.

Quando a gente tem que fazer o trabalho a gente fica mais emocionado, entendeu? Você tem que ter a cabeça firme, pensar no texto que está fazendo e firmar. Todos nós que somos ator e atriz têm que lutar pra aquilo ali. Porque não adianta a gente se querer ser o mais, se tem que ser aquilo que vai fazer o personagem. (Sr. Carlos)

Além disso, é possível perceber que Sr. Carlos se apropria de outra identidade quando se refere “*todos nós que somos ator e atriz*”, ou seja, a de ator. Desse modo, destaca que também pertence a um grupo, ou seja, que é (re) integrado na sociedade, mas de forma reconhecida.

Então, o que faz do trabalho teatral um recurso terapêutico? Há um ponto bastante importante em que Augusto Boal (2002) sinaliza no qual considera que “o teatro – ou teatralidade – é aquela capacidade ou propriedade humana que permite que o sujeito se observe a si mesmo, em ação, em atividade” (BOAL, 2002: 27). A posição de Boal demarca a capacidade do sujeito se observar desencadeando um autoconhecimento. Dessa maneira a potencialidade do teatro de conceder ao sujeito a capacidade de se observar pela via do trabalho o torna desalienante e também contribui para se reconhecer no que faz, tornando o trabalho cheio de significado. Concomitante a isso pode gerar mudanças internas no sujeito, uma vez que (re) constrói novos aspectos subjetivos. Desse modo, é pela via do teatro que Sr. Carlos demonstra que não está mais na invisibilidade, pois seu trabalho permite que as pessoas lancem olhares sobre ele, olhares não mais estigmatizadores, e por isso faz do seu trabalho um show: “*Quando tô no palco é um show, não é eu que vejo o público, é o público que me vê e que me faz feliz*” (Sr. Carlos).

Ao passo da construção de personagens podem-se agregar novos aspectos subjetivos que muitas vezes são desconhecidos do sujeito, então o teatro apresenta uma possibilidade de escancarar aspectos mais fugidios da nossa personalidade. Dessa maneira, acaba trazendo um aspecto terapêutico que não se configura de forma convencional das clínicas psicoterápicas. Boal descreve inteligentemente sobre a forma de se criar um personagem. Ele parte do princípio que os atores são seres sadios, e que para interpretar personagens mergulham na “sua pessoa”. Pois, é dentro de nós que contém os elementos mais ricos e multifacetados, tão violento, torrencial, intenso e multiforme, que temos que coibi-los. “A personalidade sadia do ator busca, na riqueza da pessoa, seus personagens, não tão sadios como ele, gente doente” (BOAL, 2002: 51). Mas como bem diz Boal, isso ferve na panela, pois são expressões de liberdade cerceadas pela coação extrínseca, social, ou escolha intrínseca, moral. “Os atores provocam o leão com vara curta. Suas personalidades sadias vão buscar, em suas pessoas, enfermos e delinquentes” (BOAL, 2002: 51). Pois os espectadores vão à busca daquilo que é incomum, ousado, que esteja absorvido por brigas e combates, e apenas bem pouco do que é “normal”. Mas posteriormente é levado à obscuridade do esquecimento, restaurando a saúde do ator.

É interessante que Boal também sublinha a hipótese de que a personalidade doente pode, teoricamente, tentar despertar personagens sadios. Mas ao invés de reenviá-los ao esquecimento, mesclaria à sua personalidade. “*Se tenho medo, tenho dentro de mim o corajoso; se posso acordá-lo, posso talvez mantê-lo desperto*” (BOAL, 2002: 52). Essa orientação sinaliza que se pode despertar tanto personalidades doentes quanto saudáveis, o que torna o teatro, pela via da construção de personagem, um espaço terapêutico: “*É muito bom que se torna uma pessoa, como um ator mesmo. Que isso é um trabalho cansativo, mas tem um negócio: a gente é muito bem respeitado. A gente vê os público tudo ali. Aí a gente não tem aquela, ah... aquela mente poluída nessa hora*” (Sr. Carlos).

A fala do Sr. Carlos apresenta congruência na hipótese de Augusto Boal, de que é possível despertar personagem sadio em personalidade doente. Pois é no espaço do palco que “*não tem [...] aquela mente poluída*”, ou seja, ele consegue “esvaziá-la” de todos os sentimentos que possam lhe causar angústia.

O teatro é um trabalho que desponta a criatividade, conhecimento, aprendizagem, senso crítico e também como veículo de processo de transformação social. Além disso, é uma atividade produtiva, que não se opera, de forma drástica, nos moldes capitalistas, principalmente nas exigências da flexibilização. Então vale aqui um questionamento: A arte, o teatro, seria solução para a população em situação de vida nas ruas, uma vez que essa

população seria inserida em uma atividade produtiva? Já que se trata de um público que não conseguiu acompanhar as transformações do mundo do trabalho e, por isso muitas vezes, desempenha atividades residuais, não conferindo para alguns, o reconhecimento e a integração social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciei este estudo, utilizando o poema de Carlos Drummond de Andrade – E agora, José, a festa acabou? – pois a partir dele podemos discutir questões pertinentes sobre a vida nas ruas.¹⁴ Buscamos ilustrar, mais uma vez, que essa população é alvo de grandes discussões devido à problemática que a envolve, pois percebemos que é um público que carrega uma longa história de desigualdade social e que ainda permanece nos dias atuais. Dessa maneira, reitero as palavras de Sawaia (2008):

É preciso realizar pesquisas com aqueles que estão sendo instituídos sujeitos desqualificados socialmente (deixando-se ser ou resistindo), isto é com aqueles que estão incluídos socialmente pela exclusão dos direitos humanos, para ouvir e compreender os seus brados de sofrimento. (SAWAIA, 2008: 109)

A população em situação de vida nas ruas é encaixada na noção de exclusão social. Como vimos, a “exclusão social” no mundo contemporâneo é explicada principalmente pela transformação do mundo do trabalho, como geradora da precariedade e do desemprego, apesar do discurso de fetichização e coisificação (MARTINS, 2003). Mas foi possível conferir especificamente através deste estudo que se trata de uma inclusão precária, processo (e não “estado”) que se relaciona ao mundo do trabalho, como bem salientou Martins (2003). Sr. Carlos sinalizou que o desemprego lhe “empurrou” para buscar nas ruas forma de sobrevivência, bem como moradia. Já no espaço da rua, a reinclusão ocorreu somente no plano econômico, já que passou a vender latinhas para auxiliar na sustentabilidade. Em seus relatos, ele demonstra que essa atividade não produzira efeitos de transformação, haja vista que os direitos social, moral e político ainda estavam comprometidos. Além do mais, catar latinha para a sociedade não afere *status* e reconhecimento, mas, ao contrário, é uma atividade vista como degradante.

Ficou claro que o entrevistado não possuía qualificação técnica e com isso não conseguiu acompanhar as exigências do mercado, tornando-se vítima da nova conjuntura econômica e social, passando a se submeter à atividade degradante. Isso se torna uma questão social e não individual, pois acomete grande parte da sociedade. Dessa maneira, a sociedade ainda não conseguiu se estruturar de forma consistente para amenizar o impacto das transformações no mundo do trabalho, efeitos da globalização, que despontaram novas

¹⁴ Esse mesmo recurso foi utilizado por Jesus Monteiro (2009) durante o XIII Colóquio de Psicossociologia e Sociologia Clínica, realizado na UFMG no período de 4 a 7 de agosto de 2009. Na ocasião, o autor apresentou algumas questões pertinentes a partir do poema, identificando alguns aspectos psicossociológicos, a saber: de identidade, de origens e moradia, de materialidade e perdas, de resistência e de vínculo e, também, da finitude da rua.

exigências, por ocorrência da flexibilização, tornando o cenário cada vez mais competitivo e exigente.

Contudo, diversos atendimentos assistenciais atravessaram a história do Sr. Carlos. De acordo com as palavras dele, esses atendimentos sociais apenas ajudaram a “*levantar um pouquinho*”, mas não foram suficientes para favorecer a superação dos direitos violados. Embora incluído em um programa social que garantia moradia, a possibilidade de (re) integração social também se apresentava “falida”, como ficou evidenciado através da necessidade de continuidade da atenção via Assistência Social. É inegável que há mérito nessa ação, mas é necessário pensar além dessas práticas sociais. A moradia foi uma ação protetiva para retirar Sr. Carlos das ruas. Essa ação traduz bem o que Bader Sawaia (2008) discute sobre a inclusão perversa, a saber: “A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão” (SAWAIA, 2008: 08). Dessa forma, a inclusão do Sr. Carlos neste programa apenas serviu de apoio, porque no tocante ao trabalho ele continuou fora do sistema produtivo, comprometendo a autonomia e a (re) integração social.

A sociedade tem uma concepção de que aquele que não tem trabalho é vagabundo, imputando um sofrimento a esse sujeito ao vê-lo como apêndice inútil da sociedade, estigmatizando-o, conforme sublinhou Bader Sawaia (2008) a partir da análise do sofrimento ético-político. Dentro disso, Sr. Carlos, antes da inserção no teatro, experimentou certo sofrimento, dificultando a legitimidade da cidadania. Essa perspectiva, especificamente nesse estudo de caso, demonstra que está atrelada à questão do trabalho e que a falta do trabalho torna-se um desqualificador social, uma vez que passa a depender da assistência social (PAUGAM, 2008).

Na vivência do Sr. Carlos o trabalho mostrou-se indispensável, justamente pela dimensão de sustentabilidade que carrega, mesmo nas atividades ditas degradantes. Porém, confere-se que o trabalho teatral, além de favorecer a sustentabilidade, tem contribuído para imprimir significado e sentido. No trabalho teatral Sr. Carlos deixa claro que sua atividade desenvolvida é fazer o público sorrir e descontraír. Desse modo, o entrevistado tem reconhecimento do público, quando pedem seu autógrafo e pedem para tirar foto, por exemplo; esses gestos sinalizam o reconhecimento de seu trabalho. Portanto, o universo teatral tem contribuído para que Sr. Carlos se torne (re) integrado, visando a (re) construção da cidadania, pois outrora, era praticamente invisível, destituído dos direitos humanos. Mas agora o seu nome está espalhado na sociedade de forma visível.

No que tange a questão da saúde mental do Sr. Carlos, fica evidente que essa condição não interfere no desempenho de sua atividade, ao contrário, surge como valor terapêutico do trabalho. Como Billiard apontou nos seus estudos, “ao modificar o objeto, o sujeito modifica a si mesmo e procura então um meio mais resistente ao qual ele possa afrontar e tentar modificar” (BILLIARD *apud* BRESCIA, 2003: 32). Essa passagem sinaliza que o Sr. Carlos, através do trabalho teatral, modifica e é modificado. Assim, retomando a discussão sobre o desenvolvimento de autonomia, foco de nossa pesquisa, pode-se observar que a autonomia esteve presente na vida dele, porém foi ofuscada pelas transformações do mundo do trabalho. Contudo, é preciso sublinhar que foi justamente pelo trabalho que a autonomia foi ativada; pela inserção na atividade teatral, a autonomia desabrochou. Dentro disso, Siqueira e Pereira (1998) correlacionaram autonomia e trabalho, posto que:

A questão referente ao mundo do trabalho é de vital importância para o entendimento da autonomia. Justificamos isto porque as condições de trabalho não estão desvinculadas das condições gerais do indivíduo (e vice-versa). Assim, as transformações, exigências e pressões na atmosfera do trabalho refletem-se em sua vida social, cultural, política. (SIQUEIRA; PEREIRA, 1998: 06)

Consideramos, a partir de Augusto Boal (2002), que o meio no qual Sr. Carlos está inserido colabora para tais mudanças, por meio de apoio e estimulação do grupo, que aposta na capacidade de transformação social desse sujeito. Como foi dito, trata-se de uma oportunidade de trabalho que se mistura com oportunidade de desmistificar os olhares estigmatizadores. Sair das ruas, lugar ignorado pela sociedade, e ir para o palco, lugar admirado e reconhecido pela sociedade, é romper com barreiras impostas pela sociedade e também almejar sujeitos para além das políticas públicas.

O trabalho teatral surge também enquanto desenvolvimento de conhecimento e aprendizagem. Pode-se verificar que Sr. Carlos, ao participar do curso de teatro, conseguiu melhorar sua qualificação técnica e também ampliar seu conhecimento cultural, desenvolver a inteligência, e aprimorar a educação. Dessa maneira agrega outros valores na sua vivência.

Desse modo, o trabalho teatral é apresentado para o Sr. Carlos como uma atividade produtiva. Esse trabalho tem fortalecido seu senso crítico, permitindo que ele se aventure no mundo da arte, sem ser censurado e ou punido por regras que a sociedade lhe impõe. Pensar sobre um ex-morador de rua que participa de um grupo de teatro é dizer sobre democratização, afinal, outrora a cultura destinava-se apenas a algumas camadas da sociedade (VIGANÓ, 2006). A experiência vivida por Sr. Carlos clarifica que o trabalho preenche lugar

central na sua vivência, potencializando o sentimento de pertencimento e reconhecimento perante a sociedade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999a.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses do Mundo do Trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999b.

BARROS, V. A.; SALES, M. M.; NOGUEIRA, M. L. M. Exclusão e Vergonha: uma interrogação ao trabalho. In: GOULART, I. B. (Org.) **Psicologia do Trabalho Organizacional**: Teoria, pesquisa, temas correlatos. São Paulo: Casa do Psicólogo Editora e Livraria, 2000. p. 323-335.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. **Dicionários de termos técnicos da assistência social**. Belo Horizonte: ASCOM, 2007.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **2º Censo da População de Rua e Análise Qualitativa da Situação dessa população em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: MDS, 2006.

BRASIL. **Política Nacional Para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília, 2008.

BRESCIA, M. F. Q. **O uso do trabalho como recurso terapêutico**: “Novas” Possibilidades no Atendimento em Serviços de Saúde Mental. 2003. 141 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas) – FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

CARRETEIRO, T. C. “A Doença como projeto” – uma contribuição à análise de formas de filiações e desfiliações sociais. In: SAWAIA, B. (Org) **As artimanhas da Exclusão** - Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 87-95.

CASTEL, R. **As Metamorfoses da Questão Social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. 6ª edição.

CASTEL, R. As Armadilhas da Exclusão. In: BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C.; WANDERLEY, M. B. (Org.) **Desigualdade e a Questão Social**. 2. ed. São Paulo: Educ, 2000. p. 17-50.

_____. As Transformações da Questão Social. In: BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C.; WANDERLEY, M. B. (Orgs.) **Desigualdade e a Questão Social**. 2. ed. São Paulo: Educ, 2000. p. 235-264.

ESTRANHO NO Ninho. Direção: Milos Forman. EUA, 1975. 1 fita VHS (129 min.), son., color., legendado.

FERREIRA, A. B. de H. Mini dicionário da Língua Portuguesa. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

- GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1988.
- GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun. 1995.
- LIMA, M. E. A. **Os sentidos trans-histórico e histórico do trabalho e sua importância para o psicólogo**. Belo Horizonte: UFMG, 2002. Mimeografado.
- MARTINS, J. S. **Exclusão social e nova desigualdade**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1997.
- MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 6. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.
- NASSIF, L. F. A. Origens e desenvolvimento da Psicopatologia do Trabalho na França (século XX): uma abordagem histórica. 2005. *Memorandum*, 8, p. 79-87. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos08/nassif01.htm>>. Acesso em: 26 de Maio de 2009.
- NOGUEIRA, M. P. **Teatro com meninas e meninos de rua: nos caminhos do Ventoforte**. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- OLIVEIRA, L. Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 33, ano 12, p. 49-61, fev. 1997.
- ORGANISTA, J. H. C. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- PAUGAM, S. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, B. (Org) **As artimanhas da Exclusão - Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 67-84.
- PEREIRA, M. A.; SIQUEIRA H. S. G. O sentido da autonomia no processo de globalização. **Revista educação**, Rio Grande do Sul (Universidade Federal de Santa Maria), v. 22, n. 02, 1998. Disponível: <<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/index.autonomia1.html>>. Acesso em: 15 ago. 2009.
- POCHMANN, M. O Mundo do Trabalho em Mudança. In: NABUCO, R.; CARVALHO, A. **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: IRT/PUC/Minas, 1999.
- RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS, J. Desigualdade e exclusão In: **Teoria e Debate**. Rio de Janeiro: nº 20, 1993. p. 61-65.
- SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria da análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. (Org) **As artimanhas da Exclusão - Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 97-117.
- SILVA, M. L. L. da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

VÉRAS, M. Exclusão Social – um problema brasileiro de 500 anos (notas preliminares). In: SAWAIA, B. (Org) **As artimanhas da Exclusão** - Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 27-49.

VIGANÓ, S. S. **As regras do jogo**: a ação sociocultural em teatro e o ideal democrático. São Paulo: Hucitec; Mandacaru, 2006.

WANDERLEY, L. E. W. A Questão Social no Contexto da Globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C.; WANDERLEY, M. B. (Orgs.) **Desigualdade e a Questão Social**. 2. ed. São Paulo: Educ, 2000. p. 51-161.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. (Org) **As artimanhas da Exclusão** - Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social. Petrópolis: Vozes, 2008. Pág. 16-26.

ANEXOS

TABELA I

Percentual da atividade realizada para ganhar dinheiro e especificada em primeiro lugar, segundo o sexo dos entrevistados

Atividades	Homens	Mulheres	Total
Cata de material reciclável ou reciclagem	42,1	48,3	42,8
Vigia, lava e/ou manobra carros, flanelinha, vende cartão rotativo, frentista, etc.	13,4	10,1	13,0
Pede ajuda/pede dinheiro, esmola	8,1	15,7	9,0
Comércio informal: camelô, cambista, etc	6,0	1,1	5,5
Trabalha na construção civil: pedreiro, servente, bicos, etc.	5,4	0,0	4,8
Faz bicos ou biscate declarados	5,3	0,0	4,7
Trabalha na área de transporte e carregamento: ajudante de caminhão, carregador, etc.	4,3	0,0	3,8
Produz objetos de arte e artesanato	3,1	1,1	2,9
Faz trabalhos domésticos: trabalhos em geral/ faxina/ lava roupa/salgados/ babá, etc.	0,3	12,4	1,7
Ajudante/auxiliar de serviços gerais, sem especificação	1,8	1,1	1,7
Açougueiro, balconista, borracheiro, costureira, etc.	1,6	1,1	1,6
Pratica roubo ou furto	0,7	1,1	0,8
Limpa jardim e/ou lote / corte de árvore / jardineiro	0,7	0,0	0,7
Operador de máquina	0,6	0,0	0,5
Recebe benefícios previdenciários ou assistenciais	0,1	1,1	0,3
Prostituição/programa	0,0	0,3	0,3
Atividades ligadas a drogas	0,1	1,1	0,3
Outros	3,2	2,2	3,1
Sem informação ou com informação inadequada	2,8	3,4	2,9
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: 2^o Censo da População de Rua de Belo Horizonte – 2005.

TABELA II

População de rua, segundo atividade “principal” desenvolvida para ganhar dinheiro

Atividade	1998		2005	
	Total	(%)	Total	(%)
Trabalha com carteira assinada	39	4,26	15	1,29
Trabalha sem carteira assinada	56	6,11	106	9,11
Trabalha com contrato temporário	5	0,55	3	0,26
Pede ajuda	115	12,55	137	11,77
Outros*	634	69,21	689	59,19
Sem informação	67	7,31	214	18,38
Total	916	100,0	1164	100,0

Outros: faz bicos (executa várias atividades sem frequência regular), autônomo (pequenos consertos, leva compras de supermercado, lava, vigia carros, cata material reciclável, etc).

Fonte: 2^o Censo da População de Rua de Belo Horizonte – 2005.